

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

9,5

**FILHOS DA ESCURIDÃO: CRIANÇAS EXPOSTAS NA FREGUESIA DE
Nª Srª DA APRESENTAÇÃO, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA

NATAL / RN
2005.2

THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA

**FILHOS DA ESCURIDÃO: CRIANÇAS EXPOSTAS NA FREGUESIA DE
N.ª Sr.ª DA APRESENTAÇÃO, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

Monografia apresentada ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-
requisito para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Doutor Paulo César Possamai

NATAL / RN
2005.2

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Paulo César Possamai - UFRN (Orientador)

Professora Doutora Fátima Martins Lopes – UFRN

Professor Doutor Raimundo Nonato Araújo da Rocha – UFRN

Professora Mestra Conceição Guilherme Coelho – UFRN (Suplente)

A todos aqueles que me ajudaram

AGRADECIMENTOS

Dois anos e meio de pesquisa teórica e empírica é uma longa caminhada para um aluno de graduação. Mas nunca estive só, caminhei com o apoio de um grupo de pessoas que direta ou indiretamente contribuíram muito para construção desse meu primeiro trabalho científico. Trabalho esse, que tenho plena consciência do pioneirismo para nossa região, e que não se esgota em si, mas que gera novas perguntas, possibilitando outros trabalhos.

Dessa forma, sou extremamente grato a Deus por ter posto em meu caminho pessoas tão especiais. Assim fica meu muitíssimo obrigado aos meus pais e familiares, que sempre me ajudaram e acreditaram em mim.

A todos que fazem o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, espaço onde encontrei praticamente toda a documentação necessária para minha pesquisa.

A Professora Doutora Fátima Martins Lopes, que com muita atenção me ajudou a dar os primeiros passos no mundo da pesquisa histórica.

Ao Professor Doutor Renato Pinto Venâncio da UFOP, a qual mesmo sem me conhecer pessoalmente, também depositou créditos em minha pesquisa respondendo sempre meus emails, e enviando materiais.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Paulo César Possamai, em quem não só encontrei um pesquisador, mais sim, um amigo muitíssimo especial.

Aos meus contemporâneos de pesquisa, Francisco Neto, João Carlos e Adriana Lins, que com muita boa vontade disponibilizaram materiais por tempo indeterminado, que muito contribuíram na construção desse trabalho.

Ao Professor Doutor Raimundo Nonato Araújo da Rocha (meu grande mestre), educador que despertou em mim o gosto pelos estudos de América portuguesa e historiografia, mesmo antes de eu conhecer os acadêmicos anteriormente citados.

A minha namorada, Sandra Maria (amor da minha e futura companheira), que sempre teve profunda admiração por este trabalho que agora está parcialmente terminado.

A todos os meus VERDADEIROS amigos que esperaram por essa pesquisa, e em especial ao futuro economista e amigo amiguíssimo Sandersom Sólton de Medeiros, que nunca se negou em me ajudar em nenhuma ocasião.

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a História”

Sérgio Buarque de Holanda

LISTA DE FIGURAS

1 – Mapa: Missão de Guajiru e arredores	22
2 – Gráfico: Crescimento da população europeia no século XVIII	40
3 – Imagem não nomeada	55
4 – Imagem não nomeada	64

LISTA DE TABELAS

1 – População européia no século XVIII	40
2 – Índice geral do abandono de crianças de 1753 – 1795	67
3 – Batismo de expostos sobre os batismo de livres, 1753 – 1795	69
4 – Frequência do surgimento de expostos, 1760 – 1766	70
5 – Localidades onde surgiram expostos, 1753 – 1795	73
6 – Domicílios onde surgiram expostos, 1753 – 1795	75
7 – Locais onde foram realizados os batismos de expostos, 1753 – 1795	77
8 – Espaços onde batizaram crianças nascidas livres, 1753 – 1795	79
9 – Repartição por sexo dos expostos, 1753 – 1795	80
10 – Intradomicílio: quem apadrinhava os expostos, 1753 – 1795	91

ABREVIATURAS

1 – IHG-RN: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

2 – L. B. F. N. S. A: Livro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO	16
1.1 A organização do espaço	20
1.2 O aumento populacional	34
1.3 O abandono de crianças na Am. portuguesa	42
2. OS REBENTOS DA FREGUESIA E O PROCESSO DE ABANDONO	49
2.1 O modelo do abandono	63
3. DEIXADOS EM PORTAS ALHEIAS: A “CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS”, E OS POSSÍVEIS DESTINOS	83
3.1 O abandono civilizado	84
3.2 O elo social	95
3.3 Os expostos – adultos	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
FONTES E BIBLIOGRAFIA	122

INTRODUÇÃO

Ouvindo falar direta ou indiretamente, por meio de pessoas e telejornais sobre casos de crianças recém-nascidas que tinham sido abandonadas em portas residenciais, ainda sujas de sangue, ou mesmo deixadas em latas de lixo, passamos a nos questionar sobre essa realidade em uma outra temporalidade. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é investigar o processo de abandono e recolhimento de crianças recém-nascidas na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, cidade do Natal capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII.

O ato de enjeitar crianças foi uma realidade existente em praticamente todas as comunidades da América portuguesa. As famílias ou os próprios genitores abandonavam suas crias em todos os lugares, nos logradouros mais inóspitos, nos caminhos, nas ruas, nas igrejas, nos conventos, como também nas portas residenciais. Isso ocorria pelos mais variados motivos, que podia ir desde uma crise de alimentos na região, até filhos indesejados, consequência de relações furtivas. Desta forma esses recém-nascidos eram transformados em criaturas expostas, estando à mercê das intempéries e de outros elementos da natureza, como os animais que povoavam os espaços das cidades, vilas e aldeias, porém também podiam ser acolhidos por algum colono, movido pelo sentimento cristão.

Durante a segunda metade do século XVIII, o livro de batismo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, registrou um grande número de filhos legítimos, como também uma série de filhos naturais. Entre eles vão surgindo continuamente evidências sobre a existência de crianças que foram expostas na região.¹ Eram filhos da escuridão, nascidos da noite, pois não se

¹ Todos os documentos de batismo quantificados e analisados são correspondentes à população de crianças nascidas juridicamente livres.

sabia a identidade dos seus genitores e quase sempre a noite foi um elemento importantes para ocultar os nomes de todas as pessoas que, por algum motivo, tiveram a necessidade de abandonar uma criança recém-nascida.²

Já a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, espaço onde se desenvolveu nossas investigações sobre essa população de expostos, se localizava na capitania do Rio Grande do Norte,³ ocupando o território da cidade do Natal e regiões vizinhas. Na segunda metade do século XVIII, as dimensões geográficas dessa jurisdição passaram por algumas alterações, obedecendo aos interesses da política pombalina.

Os documentos que foram estudados no processo da pesquisa são: Os Assentos de batismo e de óbito contidos no livro dos devidos fins, proveniente da igreja matriz; o primeiro livro de Tombo da igreja matriz; os Termos de vereação do Senado da Câmara; o relato do viajante Henry Koster. Com exceção do livro de Tombo, que se encontra hoje no arquivo da igreja matriz, as demais fontes estão arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Norte.

Os textos produzidos por Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli referentes ao método de demografia histórica,⁴ foram de fundamental importância para nortear os nossos estudos sobre a população de crianças expostas nas comunidades da freguesia, principalmente o “método inglês”, que nos possibilitou realizar uma quantificação de caráter global dos elementos

² Salientamos que a expressão “abandonado” não existia para se fazer menção às criança no período colonial, o termo corrente era “exposto” ou “enjeitado”. Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: assistência às crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX*. Campinas:Ed. Papirus, 1999. p. 20. (Coleção Textos do Tempo), Cf. também, METCALF, Aliada C. Expostos. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 324 - 325.

³ Neste trabalho será utilizado o termo Rio Grande do Norte, partindo do princípio que na segunda metade do século XVIII, o adjetivo do Norte foi somado ao nome da capitania para diferenciar da capitania do Rio Grande de São Pedro, localizada no extremo sul da colônia. Cf. LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003. p. 47. (Coleção Mossoroense. Série C; v. 1379)

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. p. 107-203. (Biblioteca de História; v. 5)

investigados, como também o “método francês”, que permitirá um contato mais específico com o que buscamos, a partir de fichas previamente elaboradas que comportaram os dados de cada criança em questão. Assim como também foram de suma importância os artigos organizados por Maria Luiza Marcílio,⁵ nos quais podemos manter contato com a conceituação de demografia histórica e procedimentos nos levantamentos dos registros paroquiais.

O artigo escrito por Carlos de Almeida Prado Bacellar,⁶ que se baseia em três capítulos de sua tese de doutoramento, foi um dos grandes referenciais de nossa pesquisa, já que o mesmo lança mão da demografia histórica, mais precisamente do conhecido método de reconstituição de famílias de Louis Henry,⁷ para estudar o conjunto populacional de crianças expostas na vila sorocabana. Região marcada pela pobreza, pela falta de uma Misericórdia efetivamente ativa e pela não intervenção da Câmara nesse campo, restando apenas as portas das casas para se enjeitar os filhos. Outro texto semelhante, e de comparável importância, é escrito por Renato Pinto Venâncio,⁸ o qual ele estuda a existência de crianças expostas em uma comunidade camponesa, na região de Minas Gerais, em um espaço de tempo de cem anos, buscando compreender o porquê das oscilações na frequência dos abandonos.

Partido de uma revisão bibliográfica, na qual buscamos referenciais voltados ao tema da infância, pontualmente sobre o abandono de crianças, nos deparamos com a realidade de um assunto bastante especializado, que é representado no panorama nacional por uma quantidade pequena de pesquisas, todas de caráter pontual.

⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Ed. Novos Ubrais, 1977. p. 1 – 41.

⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Ed. Annablume: Nemge/USP: Fapesp, 2002. p. 15 – 41.

⁷ Cf. BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Dir.). *História: Novas abordagens*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995. p. 59.

⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875. *Diálogos*, v. 4, n. 4, 2000.

O tema do abandono de crianças é inédito na historiografia local, pois nunca se falou em história da infância, ou mesmo do abandono de crianças no Rio Grande do Norte. Mesmo aqueles historiadores que se debruçaram sobre o período colonial nunca fizeram menção à prática do abandono. Se consideramos as produções monográficas dos últimos 10 anos, existentes no Departamento de História da UFRN e arquivadas no Núcleo de Estudos Históricos,⁹ teremos em número absoluto um conjunto de 245 monografias, dentre as quais, em números relativos, apenas 5,3% discutem o período colonial no espaço da nossa capitania, o que corresponde a 13 pesquisas. Salientamos o fato que nenhuma delas trabalha com a prática do abandono de crianças e nem ao menos se aproxima do tema.

No que é pertinente à utilização de fontes primárias, dos treze trabalhos relativos à nossa capitania, apenas dois as utilizaram. Em nosso trabalho utilizamos um *corpus* documental composto por mais de 5200 documentos primários.

No primeiro capítulo realizamos uma discussão sobre a freguesia, seu espaço, seu crescimento populacional, como também montamos um pequeno panorama sobre o abandono de crianças recém-nascidas na América portuguesa. Já no segundo capítulo, discutimos casos específicos de recém-nascidos da freguesia que estiveram envolvidos em situações atípicas na comunidade e, a partir de uma amostragem composta por oito tabelas, revelamos o perfil do processo de abandono naquele espaço. No terceiro capítulo apresentamos o modelo de como os colonos abandonavam seus filhos, e também estudamos um pequeno grupo de expostos que chegaram à idade adulta.

⁹ Levantamento realizado no período de 2004.1

CAPÍTULO 1

A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO

*Chamamos, nós do Brasil e Portugal, “freguesia”
muito mais comumente que “paróquia”.*

Câmara Cascudo

Michel de Certeau, em sua obra publicada na Europa na década de 1970, intitulada *A escrita da História*, aponta a necessidade de se pensar uma história bem definida, enquanto sua delimitação no tempo e no espaço. Tempo e espaço esse, que ele mesmo denomina de um lugar social de produção, o domínio onde se realiza o processo de investigação histórica, lugar que é verdadeiramente singular, e marcado por particularidades.¹⁰

José D' Assunção Barros, abre as portas do século XXI, nos convidando em sua obra *O projeto de pesquisa em História*, a refletir sobre a necessidade de pensarmos os limites espaciais de nossa pesquisa, concordando com Certeau nesse sentido. Pois, é o problema que se busca analisar no passado que define o recorte geográfico, já que muitas vezes queremos encerrar nossos objetos de investigação aos limites de uma cidade, ou vila, e o mesmo acaba por fluir para espaços maiores, como as freguesias.¹¹ Principalmente quando se trata de um estudo específico sobre um determinado conjunto populacional, no período colonial, onde a maioria das pessoas vivia no campo.

Desta maneira, as freguesias, jurisdições eclesiásticas presentes em todo mundo colonial ibérico, foram originadas inicialmente de duas formas: seja por uma decisão do padroado da coroa, ou por intermédio de um órgão do antigo regime denominado Mesa da Consciência e Ordens. Com a adoção de um pagamento feito pela folha eclesiástica a partir dos dízimos, para a manutenção do vigário, e se possível de um padre coadjutor, quando a jurisdição se tomava paróquia colada. O outro mecanismo utilizado para se criar uma freguesia, seria uma iniciativa

¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Florense-universitaria, 1982. p. 65 - 66.

¹¹ BARROS, José D' Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Ed. CELA, 2002. p. 55 - 62. (v. 1)

dos bispos, em função da densidade populacional e da disposição dos habitantes da mesma em assumir a responsabilidade dos ônus de conservar um vigário encomendado.¹²

Porém devemos sublinhar que, no final do século XVIII, somente o primeiro mecanismo de estabelecimento dessas jurisdições continuava a ser praticado, embora fosse grande o número de capelas distantes de uma igreja matriz, e de grupos de fiéis que se apresentavam como seus mantenedores.¹³

O pesquisador do mundo colonial português, Guilherme Pereira das Neves, contabiliza amplamente esse processo de criação desses espaços de administração eclesiástica nos anos que se seguiram à colonização portuguesa na América:

No final dos primeiros 100 anos de colonização, as paróquias no Brasil não passavam de 50, às quais se somaram, no século seguinte, o da exploração do interior, cerca de 90 outras. Nos três primeiros quartéis do século XVIII, quando o povoamento se adensou e ocorreu a corrida do ouro das Gerais, mais de 400 novas paróquias foram erigidas, embora nem todas fossem de natureza coletiva. Apesar disso, muitas freguesias, sobretudo as do interior, tinham enormes extensões, chegando, por exemplo, a de Jeromoboabo, na Bahia, a apresentar 70 léguas de comprimento por 30 de largo, ou seja, mais de 75 000 km² — quase o equivalente ao território de Portugal continental.¹⁴

Segundo Luís da Câmara Cascudo, no Reino de Portugal as freguesias faziam referência a, “territórios povoados, dispersa ou aglomeradamente, tendo assistência sacramental de uma mesma casa de orações, Capela ou Igreja.”¹⁵

¹² Padres coadjutores eram os sacerdotes auxiliares no ofício paroquial. Já as paróquias coladas, eram freguesias criadas pelo padroado da coroa, sendo os encomendados, padres enviados pela autoridade diocesana a uma freguesia. Cf. VEIGA, Eugênio de Andrade. *Os párocos no Brasil no período colonial: 1500 – 1822*. Salvador, 1977. p. 33-47.

¹³ NEVES, Guilherme Pereira das. Administração eclesiástica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 22.

¹⁴ *Ibid.*, p. 22 -23.

¹⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado, 1992. p. 9. (Coleção Mossoroense. Série B; n. 1140)

Sendo assim, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na capitania do Rio Grande do Norte, correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa, onde havia igrejas, capelas e padres. Comportando grandes espaços onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados. Sendo tais jurisdições eclesiásticas em quase todos os casos surgidas antes das vilas.¹⁶

Tomando como referencial os estudos investigativos de Câmara Cascudo, que foram realizados no final da primeira metade do século XX, não se tem conhecimento da data canônica de criação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação,¹⁷ apesar da sua igreja matriz ter sido erguida com a própria fundação da cidade do Natal, em 25 de dezembro de 1599, não passando então de uma igrejinha feita de barro socado, coberta de palha, com somente uma entrada, sem sino e nem aparatos. Câmara Cascudo, afirma que, 15 anos após a fundação da matriz no ano de 1614, a mesma ainda não possuía portas,¹⁸ caracterizando a pobreza do espaço. Porém, é sabido por todos, que tal área de assistência religiosa já existia em princípios do século XVIII, e que na primeira metade dessa centúria, a mesma já dividia os espaços da capitania com outras freguesias, como: a do Açú; a de Goianinha e a de Caicó.¹⁹

Apesar do desconhecimento da data de concessão e respectivamente de estabelecimento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como jurisdição da Igreja em terras da capitania do Rio Grande do Norte, Cascudo realiza considerações bem detalhadas e com bastante propriedade sobre os tempos pretéritos da capitania enquanto área de administração eclesiástica

¹⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. UFRN, 2000. p. 93.

¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3.ed. Natal: Ed. IHG/RN, 1999. p. 97 (Coleção Natal 400 anos; v. 1)

¹⁸ *Ibid.*, p.99.

¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d]. p. 113-114.

O Rio Grande do Norte religiosamente pertencia ao Bispado da Bahia até que a Bula de 15 de julho de 1614, do Papa Paulo V, criou a Prelazia de Pernambuco, separando-a da Bahia. O prelado, padre Antonio Teixeira Cabral, residia na Paraíba, superintendendo de Itamaracá ao Rio Grande do Norte. D. Marco Teixeira quando assumiu o Bispado da Bahia estava, entretanto, autorizado a jurisdicionar Pernambuco, múnus depois endossado pela carta Régia de 8 de fevereiro de 1623. Voltamos assim ao antistite baiano. Pela bula Ad Sacram Beati Petri, de 16 de novembro de 1676, o Papa Inocêncio IX criou a Diocese de Olinda e o primeiro Bispo, dom Estevam Briosso de Figueiredo, assumiu em abril de 1678 e visitou o Rio Grande do Norte neste ou no ano imediato. Ficamos no rebanho pernambucano duzentos e dezesseis anos.²⁰

1.1 A organização do espaço

Augusto Tavares de Lyra, historiador potiguar da primeira metade do século XX e pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao escrever sobre a freguesia que ele também denomina de Freguesia da cidade do Natal, no período que corresponde à segunda metade do século XVIII, realiza uma série de considerações de caráter geográfico. Segundo o mesmo autor, esse espaço comportava uma cidade que na época continha 118 casas, com 400 braças de comprimento e 50 de largura de extensão povoada, tendo fim em um lugar chamado Ribeira, onde há um rio navegável denominado Rio Grande, e em sua barra existe uma fortaleza de invocação aos Santos Reis Magos.²¹

Com relação ao espaço da cidade, que durante um curto período de tempo na primeira metade do século XVII foi denominada por alguns como Nova Amsterdã,²² podemos dizer que a mesma teve como elementos demarcatórios de seus limites primeiros, duas cruzes, uma ao norte

²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. p. 18.

²¹ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal: Ed. IHG/RN, 1998. p. 184. (Coleção Cultura; v. 7)

²² Para os estudos da ocupação holandesa na capitania do Rio Grande do Norte, Cf. FILHO, Olavo de Medeiros. *Os Holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal: Ed. IHG/RN, 1998. (Coleção Cultura; v. 6)

e outra ao sul, marcos esses que simbolizavam não simplesmente só uma conquista temporal, mas também sobretudo espiritual.²³

No entanto, sob a ótica da historiadora Denise Mattos Monteiro, que dedica grande parte de sua produção acadêmica à história do Rio Grande do Norte, a cidade do Natal representou na segunda metade do século XVIII

... a sede do poder máximo da capitania, representado pela figura do Capitão - Mor, nomeado pela coroa portuguesa e subordinado ao capitão - General ou Governador de Pernambuco, desde 1701. Suas funções compreendiam, basicamente, conceder sesmarias em nome do Rei de Portugal, fazer nomeações para cargos públicos, manter a ordem e proteger as autoridades. A ele subordinado, havia os capitães - mores dos regimentos de Milícias, geralmente sesmeiros ou grandes posseiros, responsáveis por cada vila sede de municípios, com jurisdição sobre as freguesias, e seus subalternos.²⁴

Sendo dessa forma, entre as cruzeiras, e ao redor da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, cresceu a cidade. A primeira rua da mesma, *onde surgiram durante as muitas noites uma série de crianças recém-nascidas enjeitadas*, correspondeu ao Largo da matriz, que por sua vez comportava o Senado da Câmara com a cadeia, construído em 1722, a Provedoria da Fazenda, a residência dos governadores e as poucas casas, do lado do poente.²⁵ Assim, podemos projetar a imagem do típico quadrilátero “urbano”, das pequeninas cidades coloniais.

Mais três áreas de povoamento, com muitos moradores, completavam o espaço. Eram duas na parte norte, Ceará-Mirim e São Gonçalo e uma última ao sul conhecida como Papari, ou ribeira do Mipibu. A primeira era banhada por três rios inavegáveis que nascem no sertão e

²³ MARQUES, Euriola Belízia Fernandes. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte*. Natal, 2000. p. 3. (Primeira parte, dissertação apresentada à UFBA)

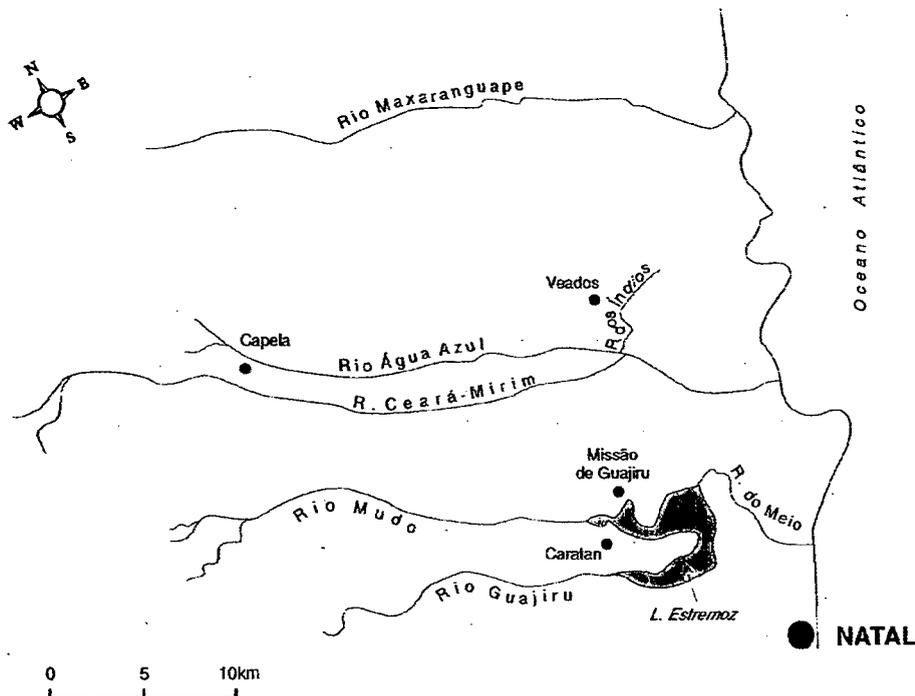
²⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. p. 95.

²⁵ MARQUES, Euriola Belízia Fernandes. Loc. cit.

desbocam no mar, eram eles: o Ceará-Mirim; o Maxaranguape e o Punaú, sendo que o último em sua barra apresenta uma enseada que dava apoio às naus que viajam pela costa. A segunda apresentava uma capela de invocação do mesmo santo (São Gonçalo), banhada por um rio chamado Potengi que também nasce no sertão e faz barra no rio da cidade, tendo uma parte navegável, porém só corre em anos chuvosos. A última área, em sua dimensão territorial apresentava uma capela de invocação a Nossa Senhora do Ó, sendo banhada por dois rios inavegáveis, o Cururu e o Pirangi, tais como os outros nascem no sertão e deságuam na costa.²⁶

FIGURA 1

MISSÃO DE GUAJIRU E ARREDORES



Baseado em: Senna, Júlio Gomes. Ceará Mirim, exemplo nacional. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.2v. (v.1, p88;v.2, p.28)

Fonte: LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003. p. 226. (Coleção Mossoroense. Série C: v. 1379)

²⁶ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. p. 184 - 185.

Devemos tomar o mapa da página anterior, como um suporte extremamente importante para se compreender um pouco mais do espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, já que ele representa uma parte significativa do litoral norte dessa jurisdição. Pois ele não só ilustra a discussão sobre a hidrografia da região, mas também pontua a existência de pequenos conglomerados populacionais em meio àquela verdadeira mesopotâmia. Especificamente eram eles: Veados; Capela; a Missão de Guajiru, administrada pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, sendo esse o aldeamento mais antigo da capitania, com presença dos tais sacerdotes desde 1679²⁷ e, por último, Caratan.

Temos que frisar que todas essas localidades eram avizinhas e banhadas pelos seguintes rios: o dos Índios, que estava bem próximo a Veados; o Água Azul, que não sabemos se é o mesmo Punaú anteriormente comentado; o Ceará-Mirim, discutido há pouco. Entre esse dois flúvios (Água Azul e Ceará-Mirim), que se encontram para juntos desaguar no oceano Atlântico (contrariando o raciocínio de Tavares de Lyra), estava localizada Capela. Havia ainda nessa área da freguesia mais três rios. Dois que tinham suas nascentes no sertão e faziam barras em um grande reservatório natural, conhecido como lagoa de Guajirú, ou lagoa de Extremós, e entre eles estava situado Caratan. Ao norte da lagoa tínhamos o aldeamento de Guajirú, sendo a mesma lagoa ligada à costa pelo rio do Meio.

Sendo assim, essa extensão territorial da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação localizada ao norte da cidade do Natal, dispunha de um rico complexo hídrico composto necessariamente por dez rios e uma lagoa. Destacando, que essas terras entre rios, conhecidas normalmente por interflúvios, foram utilizadas durante o período colonial, para a produção de alimentos e criação de gado, que era direcionado para tração animal e alimentação dos engenhos

²⁷ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 170.

e pequenas povoações.²⁸ Normalmente essa produção de alimentos era realizada em regime de roças²⁹

No tocante aos pequenos conglomerados populacionais surgidos na mesopotâmia luso-americana, a historiadora Fátima Martins Lopes nos informa que aquelas terras, tão bem servidas de águas, representaram no final do século XVII e no início do século XVIII, um ambiente onde os limites da paz e da guerra entre colonos e indígenas eram perceptivelmente sensíveis.³⁰

Lopes quase não nos dá notícias sobre a localidade de Veados. Entretanto no que diz respeito à Missão de Guajiru, afirma que era um dos aldeamentos mais estáveis da capitania. A pesquisadora acredita com muita segurança que, tal estabilidade foi conseqüência “da própria cultura Potiguara, que já admitia um sistema sedentário e agrícola anteriormente à colonização, e não haver necessidade de adaptação ao ambiente, já que era ali seu tradicional lugar.”³¹

Em contraponto à estabilidade de alguns Potiguara aldeados, os colonos, homens e mulheres que habitavam a região com seus filhos, agregados e escravos, no final do século XVII, temiam o terror empreendido pelos índios Panati (tapuias), que estavam acampados as margens do rio Água Azul e que, ao mesmo tempo, matavam o gado e atacavam as roças e casas da vizinhança.³²

²⁸ ANDRADE, Manuel Correa de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. p. 101. e LINHARES, Maria Yedda Leite. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. p. 117 - 118. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp / Imprensa Oficial-SP / HUCITEC, 2002.

²⁹ Sobre as roças, Bacellar comenta: “Designação de pequena área desbravada para lavoura em terreno de vegetação densa ou florestas. A imensa maioria das pequenas propriedades de lavoura de subsistência era formada através da abertura de um roçado em solo virgem, geralmente em terras devolutas e não desbravadas.” (BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Roça. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 722)

³⁰ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 170 - 179.

³¹ *Ibid.*, p. 170.

³² LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 171.

Claro que temos que considerar que as tais práticas dos Panati eram extremamente comuns, e compreensíveis para todos nós no presente, já que eram índios originados dos sertões, de um comportamento semi-nômade³³ e não conhecedores do conceito de propriedade, implantado pelos colonizadores portugueses na terras de Além-mar.

Com relação a Capela e Caratan, sabemos que também compuseram redutos indígenas, como, por exemplo, a primeira foi um local onde alguns índios receberam terras para o aldeamento de Nossa Senhora da Piedade da ribeira do Ceará-Mirim.³⁴

Nessa freguesia, as áreas de povoamento, contando com a cidade do Natal, representavam um número de quatro. Da cidade até Ceará-Mirim, São Gonçalo e Papari, a distância era de: quatro; três e dez léguas.³⁵ O recorte geográfico que foi feito pela administração eclesiástica, que deu a essa região a configuração de freguesia, correspondia no período investigado ao seguinte conjunto: uma igreja matriz, de invocação a Nossa senhora da Apresentação e um vigário; doze clérigos e nove capelas que assistiam a população.³⁶

Por outro lado, nota-se que a assistência aos colonos por parte da Igreja nem sempre esteve tão próxima, mesmo nas horas em que mais se necessitava da presença de um padre, como por exemplo, na hora da morte. Tal situação fica bem clara quando tiramos do anonimato, os casos de duas mulheres, moradoras da freguesia, que vieram a falecer sem receberem os sacramentos necessários, levando para outra vida dívidas deste mundo, segundo a crença de então. Porém, essas senhoras tiveram suas mortes devidamente registradas no *Livro de Assento de Óbitos* da igreja matriz, documento esse que nos permite vislumbrar, idade, cor, posições sociais

³³ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 138.

³⁴ *Ibid.*, p. 171 - 178.

³⁵ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. p. 185.

³⁶ FILHO, Olavo de Medeiros. *Terra Natalense*. Natal: Ed. Fundação José Augusto, 1991. p. 39.

e os últimos privilégios dos indivíduos da comunidade, antes que seus corpos descansassem eternamente em alguma das capelas ou igrejas da região.

O primeiro caso é o da senhora Luciana Pereira, mulher de Manuel Rodrigues da Silveira, que na ocasião de sua morte, em 24 de março de 1796, contava com a idade de 50 anos “pouco mais ou menos”, e como já foi dito, morreu sem sacramento algum, simplesmente por que a família não procurou, por estar muito distante de sacerdotes, no sertão do Potengi. Mesmo assim, a dita senhora Luciana teve o seu sepultamento realizado dignamente em solo sagrado, na capela de Nossa Senhora do Socorro da Utinga, seu corpo foi encomendado, por licença do Vigário Ignácio Pinto de Almeida e Castro, pelo Reverendo padre Manuel Antonio de Oliveira, e envolto em hábito de São Francisco.³⁷ Demonstrando sua devoção particular, em meio aos outros colonos, ou mesmo a devoção de seus familiares, já que a maioria da população da freguesia era enterrada em hábitos de pano branco.

João José Reis, em seus estudos relativos ao processo de privatização da morte em nossa sociedade, nos permite saber que:

Vestir hábito de santos era muito comum, em especial o hábito de São Francisco, usado em Portugal desde a Idade Média. São Francisco, tinha um lugar de destaque na escatologia católica. Uma tela setecentista na parede do consistório do convento franciscano de Salvador retrata-o resgatando almas do purgatório com a ajuda do cordão de seu hábito. Diz a tradição que, certamente com permissão de Deus, ele fazia expedições periódicas àquela zona celeste com o objetivo de resgatar almas ali encarceradas. Imaginava-se que os mortos vestidos com seu hábito pudessem ser favorecidos nessas aventuras franciscanas.³⁸

³⁷ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788 – 1802 / F, 26. v – Luciana Pereira.

³⁸ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCRASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império – a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 112. (Coleção História da vida privada no Brasil; v. 2)

Reis, para essa situação ainda comenta, “vestir-se de santo representava desejo de graça, imaginando-se mais perto de Deus, antecipando participação na Corte Divina”³⁹ Mesmo sendo uma prática pouco utilizada pela população da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, essa de vestir seus mortos com roupas de santos, houve outros lugares da colônia onde isso chegou a ser bem utilizado. Em São Paulo, no início do século XIX, o hábito de São Francisco, o mesmo usado pela Senhora Luciana Pereira em 1796, dominava em 40% a preferência da população, como se revelava nos pedidos em testamento, seguido apenas pelo de Nossa Senhora do Carmo, com 25%.⁴⁰

Alertamos também que foram raríssimos, na segunda metade do século XVIII, os sepultamentos realizados na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação em que houve por parte dos familiares de alguém que morreu, a utilização do segundo tipo de hábito como mortalha.⁴¹

No mesmo contexto, de uma “morte mal morrida”⁴², a colona Eusebia Maria, mulher de Jose (sic) Gomes de Lima, teve um destino espiritual muito mais triste que o da Senhora Luciana Pereira, pois morreu em 26 de dezembro de 1802 sem ter recebido os sacramentos, por viver extremamente longe da cidade, no Sítio Santa Rosa, a uma distância média de 30 léguas da matriz de Nossa Senhora da Apresentação,⁴³ onde teve seu corpo enterrado sem encomenda, em qualquer lugar fora das terras sagradas da Igreja.⁴⁴

Temos que pontuar que esse tipo de sepultura que foi dada a Eusebia Maria, em terras profanas ou, até quem sabe próximo a sepultura de animais, representava simplesmente a fórmula

³⁹ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTROS, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império – a Corte e a modernidade nacional*. p. 114.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 111.

⁴¹ Cf. ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVROS DE 1760 – 1802.

⁴² “Mal morrida” era uma morte sem os ritos devidos. Cf. REIS, João José. *Op. cit.* p. 101.

⁴³ Uma légua é o que corresponde a seis quilômetros, dessa maneira eles estavam a uma distância de mais ou menos 180 quilômetros da igreja matriz.

⁴⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788 – 1802 / F, 67. v – Eusebia Maria.

perfeita para o tormento da alma.⁴⁵ Apesar de indicarmos esses casos como uma espécie de “descaso” por parte dos clérigos, tais situações eram comuns nessa época, até mesmo por causa das longas distâncias a serem percorridas pelos padres.⁴⁶ Sendo esse o fator principal para “morte de péssima qualidade”, de Luciana Pereira e Eusebia Maria.

Em suma, a freguesia correspondia à igreja matriz e suas capelas anexas, que por sua vez eram gerenciadas por clérigos seculares que em maior ou menor frequência, se movimentavam em meio à comunidade. Neves, ao analisar essa ala da Igreja, que tanto apoiou o Estado Português no processo de colonização da América, afirma: “Embora tenha cabido às ordens regulares, em especial aos Jesuítas, até 1759, uma grande parte da tarefa de manter o culto, foram os seculares que, por força do padroado, constituíram a espinha dorsal da Igreja na Colônia.”⁴⁷

Os sacerdotes seculares, que eram em aspecto quantitativo um conjunto muito pequeno no século XVI, se multiplicaram no século XVII, sobretudo no século XVIII. Porém esses servos de Deus distribuíram-se de maneira bastante irregular pelo território da colônia, pois se concentravam nos centros urbanos e no litoral. Apesar de, como já foi mencionado, na freguesia de Nossa senhora da Apresentação, na segunda metade do século XVIII, havia apenas treze clérigos.

Neves, comentando sobre as origens sociais dos padres seculares que pastorearam por séculos os rebanhos dispersos em imensas freguesias, escreve:

Socialmente, cobriam um aspecto bastante variado, que se estendia desde a situação de filhos de proprietários abastados até a de mestiços e de

⁴⁵ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império – a Corte e a modernidade nacional*. p. 98.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 106.

⁴⁷ NEVES, Guilherme Pereira das. Clero secular. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 171.

expostos, escondendo, neste ultimo caso muitas vezes, a paternidade ilegítima de um outro clérigo.⁴⁸

A partir da década de 1760, a freguesia sofreu alterações de duas ordens, no seu espaço geográfico, e na redistribuição de seus ambientes de adoração, capelas e igrejas. No que diz respeito à modificação territorial, tal ocorrido está relacionado com a política do Estado português durante o reinado de Dom José I. Política essa, que segundo o brasilianista Kenneth Maxwell, foi dirigida pelo maior representante do despotismo esclarecido em Portugal, o Marquês de Pombal, que influenciado pelas idéias do Iluminismo, configurou uma administração de caráter civil em todos os níveis.⁴⁹

Maxwell nos permite saber, em linhas gerais, como foram fomentados os princípios que deram as bases para a administração iluminada do governo de Pombal:

Como em outros lugares da Europa, o estímulo ao novo pensamento em Portugal foi dado pelas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke, que durante o século XVII operaram uma ruptura audaciosa da tradição de autoridade, seja bíblica seja aristotélica, e encareceram os méritos do racionalismo, da experiência e da utilidade. Newton, usando o poder da razão, a informação obtida por meio da observação e o sistema matemático que inventou (cálculo diferencial), definiu as leis básicas que governam o movimento tanto na terra como no espaço. A física newtoniana suscitou a confiança nas potencialidades da pesquisa e do raciocínio. Locke procurou demonstrar que o funcionamento da natureza humana também poderia ser explicado e, portanto melhorado. A contribuição de Descartes foi a de insistir em que as idéias devem ser analisadas sem preconceito e livre da dependência ou influência da autoridade reconhecida.⁵⁰

⁴⁸ NEVES, Guilherme Pereira das. Clero secular. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 172. Ainda sobre o Clero secular Cf. WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999. p. 82.

⁴⁹ Cf. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996. Ver também, NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial: 1500 - 1808*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000. p. 377.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 10.

A criação do Diretório dos Índios, em 1758, substituiu a administração religiosa dos aldeamentos pela civil.⁵¹ Para Caio Prado Júnior, “as reformas de Pombal não ficavam nisto. A escravidão dos índios é definitiva e integralmente abolida; eles são em tudo equiparados aos colonos brancos.”⁵² Com essas determinações do governo pombalino, os aldeamentos foram transformados em vilas, originando assim as primeiras na região do Rio Grande do Norte.⁵³

Com isso o poder civil foi se consolidando a partir de outras decisões, como: a expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus, do reino e de seus domínios de além-mar, determinação tomada pela carta régia de 3 de setembro de 1759,⁵⁴ seguida da ordem de estabelecimento das novas vigararias em Pernambuco e capitanias anexas (Alagoas, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), pelo ofício régio de 5 de agosto de 1764, que autorizou

Para o Bispo de Pernambuco. Exmo e Rmo Sor. Fiz a S. Mage a carta de V. Exa de 15 de março do presente anno, respectiva aos estabelecimentos das novas Vigararias das Povoações dos Índios, que s: mage mandou erigir em Villas e Lugares nesse Bispado, e foy o mesmo Senhor servido resolver o que vou participar a V. Exa. Para o estabelecimento destas Povoações rusticas dos Índios, q. com escândalo de toda a Christandade se conservaram tantos annos da adeministração dos abomináveis chamados Jesuitas em hua ignorancia total do que era Christianismo, e sociedade humana; passarem a povoações Christaans Civis e decorozas, foy geral em todos os dominios do mesmo Senhor, havendo o dito estabelecimento principiado no Grão-Pará e Maranhão no qual na ocasião, em que se publicou, e pôz em praxe a Ley da Abolição do Governo Temporal, que os referidos chamados Jesuitas e outras Religiõens setinhão arrogado, se erigiram logo incontinentemente em toda a extensão do dito Estado mais de cem Paroquias, que hoje vão florecendo com grande adiantamento e aproveitamento daquelles até agora infelices homens.(...)⁵⁵

⁵¹ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Pombal, Marquês de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 647.

⁵² JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 21.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. p. 71.

⁵³ MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2002. p. 114.

⁵⁴ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. p. 92.

⁵⁵ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA / PORTUGAL (CÓDICE 583, fl. 87/87v./88/88v./89/89v., 05/08/1764 – Ofício do Ministro Francisco Xavier de Mendonça ao Bispo de Pernambuco). Microfilme da Divisão

Porém, o alvará de criação da Freguesia de Extremoz, que antecedeu em pouco tempo o estabelecimento do Diretório dos Índios, foi assinado em 6 de julho de 1755.⁵⁶

Frisamos que todas essas atitudes tomadas pelo governo esclarecido de Pombal transformaram as dimensões da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, pois, em 3 de maio 1760, surgiu a vila nova de Extremoz do Norte e, concomitantemente, é instalada a Freguesia de Extremoz, localizada na região do Ceará-Mirim. Em 22 de fevereiro de 1762, surgiu a vila de São José do Rio Grande⁵⁷ e, com ela, a Freguesia de Nossa Senhora do Ó e Santana do Mipibu.⁵⁸

Sendo assim, algumas capelas se desligaram da administração da igreja matriz, localizada na cidade do Natal; eram elas: a capela de Nossa Senhora dos Prazeres do Guajirú, a do Senhor São Miguel da Ex - Missão do Guajirú, que agora ocupavam o espaço religioso da recém criada Freguesia de Extremoz. Fizeram parte também desse desligamento administrativo eclesiástico, as capelas de Nossa Senhora do Ó da Ex - Missão do Mipibu e a de Nossa Senhora de Santana, as quais passaram a compor a paisagem da também recém instalada Freguesia de Nossa senhora do Ó e Santana do Mipibu.

Mediante a formação das novas zonas de assistência religiosa e vigararias, a Freguesia de Nossa senhora da Apresentação, diminuiu o seu raio de atuação, passando a sua jurisdição a corresponder ao seguinte conjunto: a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação; a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; e as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá; Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga; Nossa Senhora do Socorro de Utinga; Nossa Senhora de Santa Ana do engenho de Ferreiro Torto; Nossa Senhora de Solidade da Aldeia

de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco. [transcrição] In: LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 278.

⁵⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 114.

⁵⁷ Segundo Cascudo, o nome da vila representou uma triplice homenagem, ao Santo, ao Rei e ao Príncipe neto, filho da Princesa Dona Maria. Cf. *Ibid.*, p. 112.

⁵⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 111-114.

Velha; da fortaleza dos Santos Reis Magos da barra do Rio Grande; do Senhor São Gonçalo do Potengi e do Senhor Santo Antonio do Potengi.

Provavelmente a desagregação territorial da jurisdição eclesiástica da Nossa senhora da Apresentação, também padroeira da cidade do Natal, correspondeu a uma diminuição nas receitas da igreja matriz, já que o contingente de colonos que viviam sob a proteção, e em terras de Nossa Senhora, diminuíram. No entanto tal hipótese só poderá ser confirmada em uma investigação mais específica, na documentação da administração eclesiástica, presente nos fundos de arquivos.

Nessa nova dimensão tomada pela freguesia, a comunidade local vê surgir novos ambientes de adoração. Um deles foi a igreja de Santo Antônio, que inclusive foi conhecida por outras denominações como: igreja de Santo Antônio dos Militares, igreja de Santo Antônio dos Soldados, que ocupou por várias vezes a função de matriz da freguesia, em detrimento das reformas realizadas na igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Surgiu, também, a capela do Senhor Bom Jesus das Dores, localizada na ribeira da cidade. Os dois espaços sagrados estão registrados na documentação da segunda parte do século XVIII.⁵⁹

Cascudo complementa nossa investigação documental quando afirma que a capela da ribeira foi o último ambiente de adoração erigido na cidade durante o século XVIII.⁶⁰ Provavelmente criada para dar assistência de caráter espiritual aos colonos que, com o estabelecimento de sítios,⁶¹ povoaram aquele espaço, tão bem servido em águas.

⁵⁹ Documentos de Batismo e óbito, da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Capitania do Rio Grande do Norte. (ARQUIVO DO IHG/RN).

⁶⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 104.

⁶¹ Sobre os sítios, Bacellar comenta: “O uso do termo (sítio) foi comum no período colonial para descrever genericamente uma propriedade rural. Ao contrário da significação atual – de pequena propriedade rural. (...) De uma maneira geral, a documentação indica uma total falta de precisão na terminologia de identificação da propriedade rural, que era usada sem critérios, sem qualquer relação com a dimensão, a localização e tipo de exploração agrícola. Assim, sítio, fazenda, terreno, posse de terras, uma sorte de terras, são palavras e expressões que podiam ser usadas indistintamente em referência à mesma terra.” (BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Sítio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 766 - 767.)

O testamento do Sargento-Mor Manuel de Souza Marinho, de 1794, que foi analisado por Marques, revela que o também irmão do Santíssimo Sacramento, morador de um sítio de sua propriedade nas terras da ribeira, deixou para a capela do mesmo local um oratório dourado com duas imagens, uma de Nossa Senhora do Carmo, e a outra do Senhor Santo Cristo, e sobretudo o desejo expresso de ser enterrado naquele solo sagrado.⁶²

Não sabemos se as vontades que antecederam a morte daquele militar foram todas cumpridas, ao menos o seu sepultamento na ribeira não foi realizado, pois:

Aos oito do mes de Julho de mil setecentos e noventa e sinco faleceo da vida presente o Sargento mor Manuel de Sousa Marinho morador desta freguesia Solteiro com seo testamento no qual deixou alem officio da obrigação hum officio de corpo presente, e Sete Capellas de missas por sua alma, alem de outras disposições de idade ao que parecia de Secenta annos pouco mais ou menos com todos os Sacramentos foi encomendado por mim e sepultado na *Igreja de santo Antonio dos militares que serve de matriz* involto em habito de São Francisco tudo na forma de seo testamento, de que para consta fiz este assento, em que me assigno. (Ignacio Pinto de Almeida e Castro / Vigario do Rio grande)⁶³ Grifo nosso

Imaginamos que, realmente, nem tudo estava como no seu testamento, tal como afirma o Assento de óbito do colono. Porém o que importou mesmo, foi que ele pode preparar sua alma para ter uma boa morte, já que fez o testamento, deixou ofícios, missas para sua alma, recebeu todos os sacramentos, teve o corpo encomendado, foi sepultado no sagrado e com a vestimenta de um santo.

Nessa mesma situação, é importante perceber que a construção da capela da ribeira e a existência de propriedades rurais como a do Sargento-Mor Manuel de Sousa Marinho e a do

⁶² MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte*. p. 5.

⁶³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788 – 1802 / F, 20 – Manuel de Sousa Marinho.

português Manuel Pinto de Castro, que estava localizada além da ribeira, próximo à fortaleza,⁶⁴ revela um aumento da população tanto da cidade como dos espaços vizinhos.

1.2 O aumento populacional

Para Tavares de Lyra, o século XVIII representara o período do povoamento completo da capitania.⁶⁵ No entanto consideramos a afirmação do historiador extremamente generalizada, já que a capitania não foi completamente povoada nesse espaço temporal, no sentido denotativo da palavra. Acreditamos mesmo, que os anos de setecentos que se seguiram corresponderam ao momento de um intenso processo de povoamento dos sertões da região em questão.

É nesse período em que a cidade do Natal, mais especificamente na segunda metade do século XVIII, teve um considerável crescimento em sua população. No ano de 1726, a mesma possuía em sua territorialidade apenas 30 casas, feitas de barro. Em aproximadamente 23 anos a povoação teve um aumento de 88 casas,⁶⁶ sendo isso uma consequência da política de doações de terras realizada pelo Senado da Câmara.⁶⁷

Tais doações, segundo o pesquisado Olavo de Medeiros Filho, (em seus trabalhos de transcrições documentais, e mais precisamente dos Livros de Registro e Provisões do Senado da Câmara do Natal de 1743 – 1800, realizados no início da década de 1990,) revela que as terras do perímetro “urbano” da cidade do Natal foram entregues aos mais variados tipos, homens,

⁶⁴ O português que é mencionado acima, casou-se com Francisca Antônia Teixeira no ano de 1764, desse matrimônio, nasceu o rebento Miguel Joaquim de Almeida Castro, vindo ao mundo em 17 de setembro de 1768. Essa criança que no futuro se tornaria o Padre Miguelinho, um dos colonos da capitania do Rio Grande do Norte a participar da Revolução Pernambucana de 1817. Cf. FILHO, Olavo de Medeiros. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Ed. UNIPÊ, 2001. p. 148.

⁶⁵ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. p. 193.

⁶⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 109-110.

⁶⁷ FILHO, Olavo de Medeiros. *Terra natalense*. p. 91-135.

mulheres, forros e escravos. No entanto não temos notícias de índios que receberam essas doações.⁶⁸

Portanto, dentre esses tipos que foram beneficiados por essa política estabelecida pelo Senado da Câmara, Câmara Cascudo nos faz menção a um caso peculiar de um determinado cativo que atendia pelo nome de Luís Cardoso, e afirma:

Pois, em Natal podia requerer terras e possuí-la. Em 15 de agosto (sic) de 1763 o negro Luís Cardoso, escravo do Sargento - Mor Francisco Machado de Oliveira Barros, recebia do Senado da Câmara de Natal cinco braças por dez de fundo, na Rua que por de trás desta Cidade vai ter a Ribeira dela ... Era chão para construir.⁶⁹

Quando Câmara Cascudo estudou o mapa de população de 1805, relatou que a cidade do Natal continha em princípio do século XIX, um contingente arrolado em 6.393 pessoas. Por outro lado, esse historiador, comentou sobre a existência de um segundo mapa populacional, de 1808, trabalho esse realizado por uma autoridade eclesiástica, o vigário Feliciano José Dornelas, já que a primeira quantificação foi dirigida pelo Capitão-Mor José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, uma autoridade representante da Coroa portuguesa.

No entanto, para Câmara Cascudo, a segunda contagem do número de habitante, apresentava uma grande discrepância, com uma diferença contabilizada em 1.484 pessoas. O próprio historiador não apresenta explicação plausível para o déficit demográfico, pois o mapa menciona em suas linhas um conjunto de moradores bem menor, de aproximadamente 5.919 pessoas, três anos após a primeira contagem em discussão. Ele apenas se pronuncia muito sucintamente: "Não há notícia de epidemia justificadora do massacre. Erro no censo. Neste [o de

⁶⁸ FILHO, Olavo de Medeiros. *Terra natalense*. Loc. cit.

⁶⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 118.

1808] ou no oficial de 1805? Dou mais pelo de 1808.” Ressaltamos ainda, que Câmara Cascudo supostamente justificou sua posição baseada em uma terceira quantificação, realizada pelo mesmo clérigo, em 1810, arrolando um conjunto de 5.977 almas.⁷⁰

Tarcísio R. Botelho, autor da tese, *População e nação no Brasil do século XIX*, defendida em 1998, afirmou em um artigo para revista *Nossa História* no ano de 2004, que essas contagens do número de moradores, de um determinado lugar, era uma prática comum realizada pelo Estado português em seus domínios coloniais no final do século XVIII e início do século XIX. Botelho ainda esclarece como se projetou essa atividade, no mundo lusitano:

Os levantamentos de populações existem no Brasil desde o início da colonização, mas só foram aperfeiçoados e ganharam periodicidade em meados do século XVIII. Por influência do Iluminismo, Portugal se preocupava em colher informações precisas sobre suas riquezas. Entre elas, a mais importante, sem dúvida, era seus habitantes.⁷¹

Dessa maneira, Marques contradiz as informações das pesquisas de Cascudo relativas aos números de habitantes, opondo-as aos estudos de João Alves de Mello, apresentados em uma obra publicada em 1969, *Natureza e História do Rio Grande do Norte*, deixando por certo que a cidade do Natal, nos primeiros anos do século XIX, comportava 700 habitantes.⁷²

Necessariamente, devemos considerar que tal número, mesmo sendo um contraponto das cifras apresentadas por Câmara Cascudo, ele nos possibilita refletir sobre sua propriedade e validade. Não que a cidade não tivesse um contingente pequeno na época, quando comparada a outras cidades da América portuguesa, pois todos os números ditos redondos, inseridos em um

⁷⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 94 - 95.

⁷¹ BOTELHO, Tarcísio R. Contando os milhões. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, n. 4, p. 76, fev. 2004.

⁷² MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte*. p. 7.

contexto histórico, devem ser sempre vistos com desconfiança pelos olhares daqueles historiadores que esquadrinham o passado mais atenciosamente.

Sobretudo, o mais importante, não é conhecermos as cifras exatas de quantos moradores havia em Natal na segunda metade do século XVIII, para o século XIX, mas termos a consciência da população que vivia naquela espacialidade, a qual em grupos familiares ou não, se multiplicavam muito “rapidamente”, nesse período. Humberto Fernandes Machado, discutindo sobre a capitania do Rio Grande do Norte, em trabalho coordenado pela Historiadora Maria Beatriz Nizza, na década de 1990, nos dá a seguinte informação sobre a única cidade da capitania até então: “Ainda em 1757, contava menos de 1000 almas, que se elevaram, em 1808 a cerca de 6000.”⁷³

Não são apenas as cifras saídas de fontes quantitativas, que não tivemos acesso, que nos permitem imaginar como era a população da cidade do Natal no período estudado, mas também as fontes qualitativas, como por exemplo, os relatos dos viajantes que nos oferecem informações complementares para compreensão do espaço, e nesse sentido para podermos dá coerência ao conhecimento temos sempre que possível confrontar essas fontes, com as outras.⁷⁴

Uma dessas fontes qualitativas, que tivemos a disposição para o nosso processo de historiar o passado setecentista da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, foi a narrativa do viajante inglês Henry Koster, o qual se estabeleceu por algum tempo na colônia, temporada essa suficiente para percorrer o espaço entre a capitania de Pernambuco e a capitania do Ceará, no período correspondente aos primeiros anos do século XIX, registrando ao longo do percurso suas impressões sobre aquele ambiente.

⁷³ MACHADO, Humberto Fernandes. Rio Grande do Norte, capitania do. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 713.

⁷⁴ MARCILIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. p. 39

Foi entre as notas realizadas pelo viajante, que afloram as impressões sobre a cidade do Natal, cidade essa que foi erigida à “sombra” de uma fortaleza, representado a posse dessas terras ao norte da colônia para o Rei de Portugal, e que em outro tempos estava dominada pelos naturais da terra, a qual no litoral eram aliados dos corsários franceses,⁷⁵ e que na época da passagem de Koster contava com um pouco mais de 200 anos de fundação. Lugar esse que parece ter despertado a sua atenção, tudo indica que por sua pequenina dimensão e pelo título de cidade que há muito trazia consigo.

Cheguei às onze horas da manhã à cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as villas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser no futuro.⁷⁶

É importante fazer menção a essa situação observada e comentada pelo viajante, pois a cidade tinha passado por um crescimento populacional significativo no momento de sua estada, porém essa ascensão em seu contingente não foi suficiente para conter a surpresa de Koster, diante daquele punhado de casas, com igreja matriz, seguida de mais duas igrejas e do Senado da Câmara, com pouquíssimos prédios públicos, a qual ele deve ter considerado, um lugarejo

⁷⁵ MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUMA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte: 1597 / 1822*. Natal: Ed. Natal Editora, 1997. p. 26 – 30.

⁷⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís da Câmara Cascudo. 2.ed. Recife: Ed. Secretaria da Educação e Cultura, 1978. p. 109 - 110. Cf. também sobre o mesmo viajante, RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Koster, Henry. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 470 - 471.

qualquer, “perdido” em algum lugar da América lusitana, suspensa na margem mais alta de um rio, por questões de segurança no passado.

Dessa forma, esse aumento populacional que caracterizou a cidade do Natal na segunda metade do século XVIII e que não impressionou em nada o viajante inglês, é uma realidade para colônia como um todo, considerando que as atividades mineradoras desenvolvidas no centro-sul da América portuguesa fomentaram a vinda de uma grande quantidade de pessoas do reino.

No entanto, devemos frisar com muita propriedade que o crescimento da população do norte da colônia, que hoje corresponde ao Nordeste em nada esta ligado às Minas, mas a uma intensificação da escravidão decorrente da expansão dos canaviais, em períodos anteriores. Manuel Correa de Andrade, ainda apresenta explicações para o aumento demográfico dessa área setentrional, a partir da segunda metade do século XVIII. Como, por exemplo, a Revolução Industrial que estimulou a produção de algodão nos trópicos, e incluso na colônia portuguesa, onde ocorreu uma restrição da área de gado, para a produção de alimentos, de vez que a cultura do algodão provocou o crescimento populacional.⁷⁷

Fernando A. Novais, em sua clássica obra da historiografia brasileira, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* declara, baseado nas pesquisas do italiano Gino Luzzatto, desenvolvidas nos anos de 1950, que o século XVIII, foi realmente um momento na história da humanidade de um grande crescimento demográfico, uma verdadeira revolução.⁷⁸

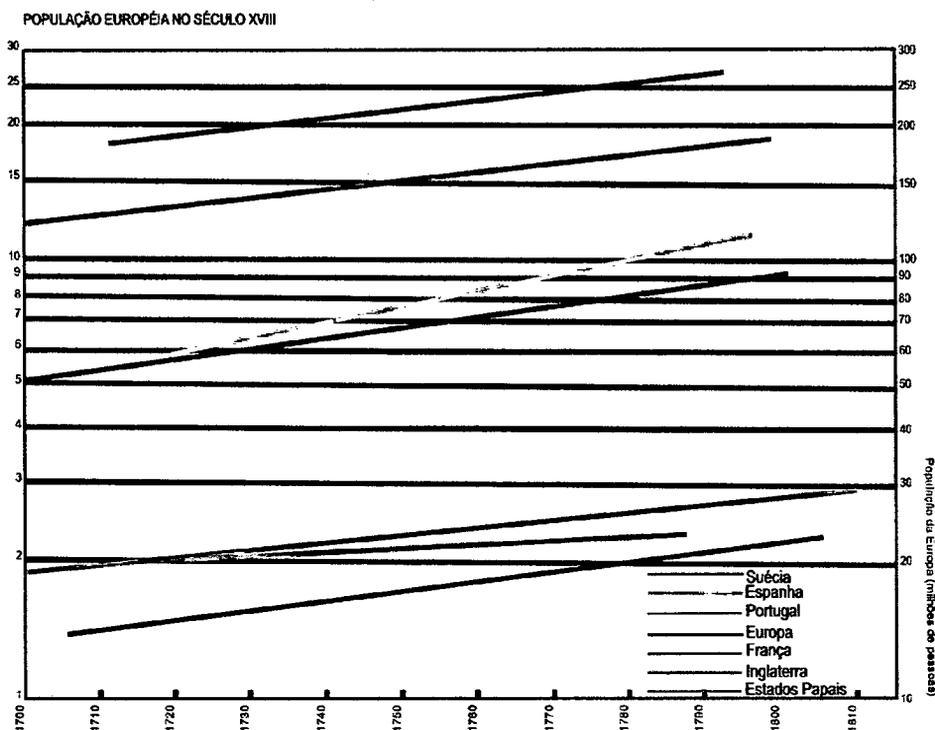
O conjunto de gráfico e tabela a seguir nos aproxima mais intimamente dessa realidade populacional do velho mundo.

⁷⁷ ANDRADE, Manuel Correa de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. p. 105.

⁷⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 - 1808*. 5.ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989. p. 124.

FIGURA 2

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EUROPEIA NO SÉCULO XVIII



Fonte: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 - 1808*. 5. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989. p. 125.

Obs.: Gráfico Redesenhado.

TABELA 1

POPULAÇÃO EUROPEIA NO SÉCULO XVIII

EUROPA:	População	taxa de crescimento	taxa média anual
1600	95.000.000	1600/1700 - 26%	0,23%
1700	120.000.000	1700/1800- 54%	0,43%
1800	187.000.000	(100 anos)	
<i>PORTUGAL:</i>			
1732	2.143.000	1732/1801 - 37%	0,45%

1801	2.931.000	(69 anos)	
<i>SUÉCIA:</i>			
1721	(1.462.000)	1750/1800 - 32%	0,55%
1735	(1.703.000)	(50 anos)	
1750	1.781.000		
1775	2.021.000		
1800	2.347.000		
<i>ESPAÑA:</i>			
1723	(6.100.000)		
1747	7.380.000	1723/1787 - 70%	0,84%
1756	8.000.000	(64 anos)	
1768	9.310.000		
1787	10.410.000		
<i>FRANÇA:</i>			
1715	18.000.000		
1770	24.000.000	1713/1789-44%	0,50%
1789	26.000.000	(74 anos)	
<i>INGLATERRA:</i>			
1700	5.200.000		
1750	6.500.000	1700/1800-85%	0,61%
1800	9.600.000	(100 anos)	
<i>EST. DO PAPA:</i>			
1701	1.969.000	1701/1782 -	0,24%
1736	2.064.000	(81 anos)	
1769	2.204.000		
1782	2.400.000		
FONTES: EUROPA: Gino Luzzatto. POTUGAL: J. Gentil da Silva. SUECIA, ESPAÑA, FRANÇA, INGLATERRA, EST. DO PAPA: K. Helleiner.			

Fonte: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 - 1808*. p. 126.

Obs.: Tabela Redesenhada.

O boom demográfico é evidente para o continente europeu. O velho mundo no início do século XVII contava com uma população de 95.000.000 de almas, subindo para 120.000.000 em princípio do século XVIII, e evoluindo às cifras de 187 ou 188.000.000, no começo do século

XIX. O continente em questão, teve no século XVII uma taxa de crescimento, de 26% e ascendeu no século seguinte para 54%.⁷⁹

Fica claro que os reinos da península Ibérica, acompanharam muito bem o movimento demográfico europeu, e em especial o reino de Portugal. A população lusa “saltou” de 2.143.368 em 1732, para um contingente de 2.321.447 em 1767, e finalmente em 1801 atingiu um conjunto de 2.931.393, habitantes. Em praticamente 70 anos, Portugal cresceu 37% seguido de taxa anual de 0,45%, de certa forma idêntica a média geral do seu continente em 100 anos.

Essa Revolução demográfica que caracterizou o Velho Mundo no século XVIII, também refletiu sobre o domínio português na América, no que diz respeito ao aumento do índice de uma prática trazida pelos próprios portugueses para o Novo Mundo, a de abandonar crianças recém-nascidas.⁸⁰

1.3 O abandono de crianças

No mundo colonial luso-americano, enjeitavam-se os recém-nascidos em todos os lugares: ruas, caminhos, logradouros e monturos. Foi notória também a existência de mães que abandonaram os seus filhos nas naves das igrejas, nas portas de conventos e, principalmente, em

⁷⁹ “Tais cálculos globais, previne o historiador italiano, são necessariamente precários, quando muito hipóteses sugestivas. Mas indicam uma ordem de grandeza, e como tais devemos utiliza-los para comparações. Assim, esses dados, ainda que imprecisos, bastam para evidenciar que o ritmo de crescimento populacional acelerou-se extraordinariamente ao longo do século XVIII.” (NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 – 1808*. p. 124.) Acreditamos que o historiador Fernando Novais, concorda com Gino Luzzatto na precariedade dos números provavelmente em função da época em que os mesmos foram elaborados. Pois os anos de 1950, foram os momentos dos primeiros passos da Demografia histórica como proposta para investigação do passado humano. Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. p. 1 - 22. Ver também, CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social*. p. 107 - 203. LINHARES, Maria Yedda Leite, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 75 – 76. BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. p. 177 - 215. (Coleção debates; n. 131)

⁸⁰ VALDEZ, Diana. *História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003 p.17. (Coleção História de Goiás; v. 2)

portas residenciais, provavelmente na esperança de que algum padre ou freira, ou mesmo um colono qualquer, movido pelo sentimento da caridade os recolhessem, os alimentassem e lhes conseguissem um lar.

A existência desses enjeitados era fato na colônia, muitos deles morriam de fome, frio ou devorados por animais, como porcos e cães que vagavam pelas noites escuras das cidades, vilas e povoados coloniais. Salvaguardando que ainda havia situações na qual as genitoras abandonavam suas filhos nas praias, para que tivessem suas vidinhas tragadas pelas ondas do mar, ou simplesmente se afogassem quando a maré enchesse.⁸¹

Porém, com o aumento do número de abandonos, foram criadas junto às Irmandades da Misericórdia, as Rodas de expostos, como uma espécie repartição da Santa Casa de Misericórdia,⁸² realizando uma assistência que já havia em Portugal desde a Idade Média, em 1273 quando a rainha D. Beatriz, esposa do Rei D. Afonso II de Castela, sensibilizada com a

⁸¹ ROOSEL - WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 - 1775*. Brasília: Ed. UNB, 1981. p. 237 - 238. Cf. também, MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 - 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. p. 61.

⁸² “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados fora a roda dos expostos. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. A primeira instituída especialmente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informar aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital” (ROOSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 - 1775*. p. 233) Por fim, o historiador Emanuel Araújo, em sua obra *O teatro dos vícios*, apresenta uma definição muito mais íntima no que é relativo a utilização da roda por parte das religiosas que viviam enclausuradas nos recolhimentos, quando comparada a de Russel-Wood. E sendo assim, comenta: “Junto à grade [um certo limite do recolhimento onde algumas pessoas do mundo externo, poderiam chegar com autorização das madres superiores] ficava a *roda*, espécie de caixa giratória que, por movimentar-se para dentro ou para fora, servia para a troca de mimos entre os enamorados: ele depunha ali bilhetes, poemas, leques, fitas, lenços, relógios, anéis, livros, peças de tecidos e o que mais à imaginação viesse para melhor cortejar, induzir, obsequiar, persuadir; ela o brindava, em troca, com fina merenda de doces, por certo sublinhando que foram feitos especialmente para ele.” (ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1997. p. 261. Complemento nosso e grifo do autor) A roda era um verdadeiro portal de amores e paixões proibidas. Para se ter uma melhor compreensão do que foi a roda dos expostos, enquanto um instrumento mecânico, ver também a imagem da página 64, nesse mesmo trabalho.

situação dramática em que se encontravam os recém-nascidos órfãos e abandonados, que muitas vezes morriam sem nenhuma assistência, ao relento e sem o batismo. Com isso D. Beatriz fundou o Hospital dos meninos órfãos de Lisboa.⁸³

Antes mesmo de tratarmos especificamente sobre essa assistência aos recém-nascidos abandonados na América portuguesa, devemos conhecer as considerações feitas pelo brasilianista A. J. R. Roosel-Wood, autor de *Fidalgos e filantropos*, trabalho de caráter pioneiro sobre a Irmandade da Misericórdia na capitania da Bahia, publicado simultaneamente em 1968, no Brasil e nos Estados Unidos. Nele o historiador nos permite conhecer as origens dessa organização que foi seu objeto de estudo no Brasil, e comenta:

No século XIII, Florença era famosa por suas manufaturas de lã; duas vezes por ano realizava-se uma feira comercial. Nessas ocasiões, empregava-se grande número de carregadores, que passavam seus momentos de lazer num porão do lado sul da atual Piazza Del Duomo. Em 1244, em certo Piro Borsi, escandalizado pelas blasfêmias desses indivíduos, instituiu uma caixa de multas por palavrões, para a qual todos os contraventores contribuíam com uma *crazia* (cerca de meio *penny*). As multas foram usadas para a compra e manutenção de seis macas, guardadas em diferentes partes da cidade, para transporte de doentes para o hospital e remoção dos corpos de vítimas de mortes súbitas nas ruas. Essa foi a origem da Confraternità di Santa Maria della Misericòdia.⁸⁴

Roosel-Wood, ainda no contexto o surgimento da Irmandade da Misericórdia nos mostra como a mesma germinou em terras lusitanas:

A irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, virgem Maria da Misericórdia, foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498 em uma capela

⁸³ MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726 - 1950. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). *História social da infância no Brasil*. p. 58.

⁸⁴ ROOSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 - 1775*. p. 3.

da catedral de Lisboa. Segundo a tradição, os fundadores foram um grupo de leigos e um frade trinitário. A nova irmandade foi aprovada pela Regente D. Leonor e confirmada por seu irmão, o rei D. Manuel I. Estabeleceram-se os estatutos e o número inicial de membros foi limitado a cinquenta nobres e cinquenta plebeus. O objetivo expresso da irmandade era proporcionar auxílio espiritual a material aos necessitados. Dessa origem modesta a irmandade, conhecida popularmente a Santa Casa, espalhou-se por todo o mundo de fala portuguesa. As filiais iam desde Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, no interior do Brasil.⁸⁵

Nas palavras de Patrícia A. Mulvey, a Irmandade da Misericórdia foi a mais respeitada irmandade religiosa branca estabelecida no mundo português. A participação de uma pessoa nessa organização poderia ser negada, ou até mesmo a pessoa expulsa dela, caso ele ou ela estivesse casado com alguém de ascendência cristã-nova, moura ou mulata.⁸⁶

A primeira Roda foi criada na cidade de Salvador em 1726, a segunda na cidade do Rio de Janeiro em 1738, e a última do período colonial foi estabelecida no Recife, em 1789. Um dos elementos que existem em comum, na criação dessas instituições são os discursos dos governantes locais, que estavam sempre ligados à grande quantidade dessas criaturas espalhadas pelos espaços de suas localidades, e também ao princípio cristão da salvação da alma, pois os mesmos morriam na sua maioria sem o batismo.⁸⁷

Um trabalho escrito conjuntamente entre os pesquisadores Lana Lage da Gama Lima e Renato Pinto Venâncio, no início da década de 1990, nos permitiu saber que autoridades administrativas coloniais no Rio de Janeiro enfrentavam o problema do abandono de recém-nascidos desde o século XVII. E que Antonio Paes de Sande, governador da capitania, escreveu

⁸⁵ ROOSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 - 1775*. p. 1.

⁸⁶ MULVEY, Patrícia A. A Santa Casa da Misericórdia. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 738 - 739.

⁸⁷ MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726 - 1950. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). *História social da infância no Brasil*. p. 60 - 62.

ao Rei em 1693, deplorando a total falta de caridade para com os enjeitados, deixados pelas ruas.⁸⁸

Miriam Lifchitz Moreira Leite, pesquisadora da Universidade de São Paulo, assessora do CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) e especialista em textos de viajantes, nos apresenta as impressões do pintor francês Jean Baptiste Debret, em 1816 ao visitar a Roda dos expostos na cidade do Rio de Janeiro.

O público é também admitido a visitar, na mesma época, o pequeno asilo para crianças abandonadas, situado na mesma praça em frente à igreja da Misericórdia. Esse pequeno edifício de um pavimento é de arquitetura regular. A torre acha-se no meio da fachada, num corpo um pouco afastado que se assemelha a uma porta falsa. Uma escada estreita, de cada lado do edifício, leva ao primeiro andar composto de três salas unicamente destinadas ao aleitamento das crianças. Aí se encontram três filas de berços guarnecidos baldaquins brancos uniformes, enfeitados com filão, e cujas cortinas abertas e levantadas permitem que se vejam os recém-nascidos enfaixados com a elegância brasileira e exposto sobre a colcha. Quando muito pequenos ou gêmeos, são colocados à razão de dois por leito. A ama senta-se no chão, com as pernas cruzadas, ao lado do berço. A vestimenta dessas mulheres, sempre muito limpa, varia entretanto quanto à elegância e a riqueza, pois são em geral negras alugadas pela administração, que entregam os salários aos senhores. Por isso, pela elegância das negras se pode ajuizar da fortuna dos senhores a que pertencem. Muitos órfãos, ao sair da adolescência, são entregues a artífices reputados, aos quais pagam com sua atividade a alimentação e os cuidados recebidos. Mais ou menos no fim da oitava desta festa, um dia é reservado aos dotes anuais criados em favor das órfãs em idade de casar.⁸⁹

Moreira Leite, ao analisar os textos da escritora e desenhista inglesa Maria Graham, também em visita à mesma Roda dos expostos por volta de 1821, lugar que visitou o pintor

⁸⁸ LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. p. 66. (Coleção Caminhos da história)

⁸⁹ MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. p. 101.

Debret algum tempo antes, nos informa algo bem oposto da visão otimista do artista francês sobre aquele lugar. Foram muitos os recém-nascidos colocados na Roda, cheios de doenças, com febre, mais freqüentemente com sarna que normalmente lhes era fatal. E outras chegavam mortas, a fim que fossem decentemente sepultadas.⁹⁰ Já que essa era uma das atividades que compunha o sétimo compromisso de caráter corporal da Irmandade da Misericórdia: enterrar os mortos.⁹¹

Na falta de uma Roda, era obrigação das Câmaras, segundo as Ordenações Filipinas, criarem os expostos. Contudo, geralmente os vereadores resistiram ao encargo afirmando que tal função estava acima de suas possibilidades, financeiras e organizacionais. Isso corria mesmo com as Câmaras mais ricas, como, por exemplo, a de Mariana na região das minas.⁹² Salientando, que as Ordens terceiras não só construíram igrejas, mas assim como as irmandades, também praticaram a assistência mútua e a caridade.⁹³

As Rodas no período colonial surgiram tardiamente, e foram em número insuficiente para suprir as demandas da época. Criadas apenas em três cidades, foram fenômenos essencialmente urbanos e pontuais.⁹⁴ Sendo assim, as crianças enjeitadas que não tiveram atenção, nem das Câmaras e nem das Rodas de expostos, acabaram sendo recolhidas pelos domicílios que as criavam por obrigação cristã ou por compaixão.⁹⁵ Não se tem notícias para a cidade do Natal, na segunda metade do século XVIII, da existência de uma Irmandade da Misericórdia, ou Santa

⁹⁰ MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil* p. 103.

⁹¹ SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdia, caridade e poder no império português. 1500 - 1800*. Lisboa: Ed. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997. p. 105.

⁹² MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726 - 1950. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). *História social da infância no Brasil*. p. 69.

⁹³ MULVEY, Patrícia A. Ordens terceiras. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 598.

⁹⁴ MARCILIO, Maria Luiza. Op. cit. p. 68 - 69.

⁹⁵ Ibid., p. 70.

Casa, e nem mesmo de uma Roda dos expostos, apesar da administração da capitania dispor de um cofre no qual deveria ser depositada uma quantia em benefício dos órfãos.⁹⁶

Considerando que a segunda metade do século XVIII foi marcada por um intenso processo de povoamento da capitania do Rio Grande do Norte, pela fragmentação territorial da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que acabou desencadeando uma redistribuição de seus ambientes de adoração, capelas e igrejas, e pelo crescimento populacional mais específico da cidade do Natal. Sobretudo sabendo que tal aumento demográfico não tenha causado espanto nenhum nos viajantes que porventura lá estiveram, como Henry Koster. Sendo assim é que nos propomos a discutir um panorama geral e casos específicos de determinadas crianças que foram enjeitadas quando recém-nascidas na área da comunidade da dita freguesia. Em suma, o desdobramento do povoamento da colônia, conduziu essa prática do abandono, até as fronteiras mais distantes do Império ultramarino português.

⁹⁶ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÕES / LIVRO: 1737 – 1738 / F, 3 – Termo de vereação.

CAPÍTULO 2

OS REBENTOS DA FREGUESIA E O PROCESSO DE ABANDONO

*A história de crianças abandonadas não é recente.
No decorrer da história, o abandono é uma
constante.*

Diane Valdez

Bacellar, e autor da tese, *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, nos possibilita, e ao mesmo tempo fomenta uma reflexão sobre o abandono de crianças recém-nascidas como objeto de estudo da história. Ao comentar, “No Brasil, os poucos trabalhos que se interessaram pela questão são ainda insuficientes e pontuais, mas ao menos permitem que se esboce um panorama provisório da prática do abandono.”⁹⁷

No entanto uma pergunta pode ser elaborada. Por qual motivo, são insuficientes e pontuais as pesquisas voltadas para estudar o abandono de recém-nascidos, em outras temporalidades? Todavia, Diane Valdez em sua obra, *História da infância em Goiás*, afirma que, “a história de crianças abandonadas não é recente. No decorrer da história, o abandono é uma constante, em diferentes sociedades.”⁹⁸

Mediante a indagação feita por nós, e ao contraponto apresentado por Valdez, o Próprio Bacellar responde:

A exemplo dos estudos europeus, as análises se concentram na investigação do fenômeno sob dois vieses distintos. Um, mais recorrente, interessado na atuação das Santas Casas de Misericórdia no recolhimento dos pequenos inocentes; outro, preocupado com a intervenção das Câmaras Municipais no controle da recepção e envio dos enjeitados para os cuidados das amas-de-leite. Ambos se dedicaram a entender o funcionamento de instituições que, dentre suas inúmeras atividades, dedicaram-se a remediar o sempre onipresente (...) abandono de crianças.⁹⁹

⁹⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 15.

⁹⁸ VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX*. p. 40.

⁹⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Op. cit. Loc. cit.

Por outro lado, tais vertentes de pesquisa encerram duas limitações básicas: a primeira, está relacionada aos recortes geográficos admitidos pelos projetos de investigação. Pois os mesmos se restringiram a trabalhar localidades onde houve a atuação de Santas Casas de Misericórdia devidamente instaladas e as raras Câmaras que marcadas por sua pujança econômica, se “preocuparam” em cuidar dos expostos. Dessa maneira, esses estudos resumiram-se ao espaço das poucas cidades que apresentavam as características mencionadas. A segunda limitação desse gênero de pesquisa, se relaciona aos resultados obtidos, que são definitivamente limitados em sua perspectiva longitudinal, pois tanto as Santas Casas como as Câmaras, documentavam e cuidavam da vida dos enjeitados até sete anos de idade. Deixando na total escuridão as informações sobre sua inserção na sociedade.¹⁰⁰

Venâncio, em uma orientação teórico-metodológica explica que os documentos de batismos são fontes importantíssimas para se identificar a existência de crianças recém-nascidas abandonadas, em uma determinada região.¹⁰¹ Partindo do princípio que, todo aquele que encontrasse um exposto deveria recolhe-lo e batizá-lo.¹⁰²

Para esta pesquisa foram estudados mais de dois mil e cem documentos de batismo, selecionados a partir de três critérios: o recorte temporal, já que a documentação da segunda metade do século XVIII é majoritária tanto nos aspectos quantitativo, quanto no qualitativo; a exclusão de Assentos de cativos, pois procuramos trabalhar com as crianças que nascem juridicamente livres, não importando sua etnia¹⁰³; os documentos que não apresentavam

¹⁰⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 16.

¹⁰¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808. *História e Debates*, 19(32), p. 129, 2002.

¹⁰² Id., Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.), BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 190.

¹⁰³ É o caso do pequerrucho Domingos filho legítimo de José Percyra (sic) índio, e de Francisca Percyra (sic), naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, e do pequeno Manoel filho de Domingos Pinto escravo do

condições de serem manuseados. A documentação de uma maneira geral apresenta macro e micro lacunas,¹⁰⁴ as macros são espaços de alguns anos como, 1753-1757 / 1760-1765 / 1768-1777 / 1786-1795, e as micros fazem menção a folhas que se perderam com o passar do tempo, representando espaços de alguns dias ou meses. Os Assentos de batismos apresentam, genericamente, uma fórmula¹⁰⁵ que varia de acordo com o nível de instrução do padre da freguesia que o redigiu, ou com a posição social do recém-nascido que estava recebendo os santos óleos.¹⁰⁶

Os documentos apresentam condições de conservação variada. Em algumas vezes as primeiras laudas de cada “livro” tiveram a função de escudo para as outras laudas, protegendo-as dos impactos do tempo e apresentando-se bastante desgastadas, sabido também que isso não é uma regra geral, pois no decorrer de alguns “livros” existem laudas deterioradas, borradas, quase apagadas e outras que estão impróprias para o manuseio tendo em vista o avançado estado de desgaste, como há outras muito bem conservadas e de letras legíveis e de fácil leitura. Salientamos que todos os documentos do período estudado foram corroídos por traças. Um exemplo de documentação “bem conservada” é o “livro” que corresponde à década de 1750 e de má conservação são os da década de 1760 e uns poucos outros em anos posteriores.

Esses documentos da Freguesia de Nossa senhora da Apresentação, de uma maneira em geral, se “alinham” à realidade documental de outras localidades da América portuguesa. Julita

Alfêres Domingos João Campos, e de sua mulher Izabel de Moraes forra, naturais também da dita freguesia. (ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 4.v – Domingos / F, 18 – Manoel.) – Pois, “segundo a tradição do direito romano, toda criança abandonada era livre. Em 1775, a legislação portuguesa reafirmou tal determinação, atribuindo aos expostos a prerrogativa da ingenuidade, ou seja o filho da escrava, uma vez enjeitado, era considerado livre do cativoiro ...” (VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX*. p. 131.)

¹⁰⁴ São fontes descontínuas.

¹⁰⁵ Termo utilizado pela Historiadora Laura de Mello e Souza, para referir-se a um modelo de redação comum a um conjunto de documentos da segunda metade do século XVIII. (MELLO E SOUZA, Laura de. O Senado da Câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORE, Mary.(Org.). *História da criança no Brasil*. p. 33.)

¹⁰⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social*. p. 160.

Scarano, em sua obra *Cotidiano e solidariedade*, menciona que as fontes para região de Minas Gerais, muitas se perderam, se dispersaram ou se tornaram ilegíveis, por diversas razões.¹⁰⁷ E isso é claramente notado nos assentos locais de batismo.

Frisando que esses Assentos nos possibilitam as seguintes informações: o nome da criança e sua condição (legítimo, natural, natural de pai incógnito, natural com os nomes dos pais, natural só com o nome do pai ou exposto); nomes dos pais, condição matrimonial e suas respectivas naturalidades; nomes dos avós paternos e maternos, condições matrimoniais dos mesmos e suas respectivas naturalidades e se eram vivos; data de nascimento; data e local do batismo, ou onde foi confirmado o sacramento caso tenha ocorrido em casa; nome do padre que batizou, e, às vezes, o nome do vigário responsável pela matriz; nome dos padrinhos e suas condições matrimoniais, onde moravam e se eram fregueses.¹⁰⁸

Os documentos de batismo revelam uma comunidade formada pelos mais variados tipos: militares de todas as patentes, funcionários da administração real, membros da Santa Madre Igreja, escravos africanos, escravos nascidos na freguesia, escravos que foram padrinhos de crianças nascidas livres, índios, pessoas forras, viúvas, mulheres proprietárias de escravos, mulheres que chefiavam os seus domicílios, mulheres solteiras que pariam seus filhos e os batizavam sem pai, crianças expostas, homens e mulheres que foram expostos quando crianças, em alguns poucos casos surgem profissionais como cirurgiões e professores.

Todos esses personagens sociais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação quase sempre tinham como referenciais os pais ou os maridos,¹⁰⁹ mesmo que eles já estivessem mortos.

¹⁰⁷ SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais - século XVIII*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 17.

¹⁰⁸ Era freguês: "... o assíduo, o freqüentador habitual, o costumeiro assistente, embora não popular, traduzia literalmente a presença fiel do cristão aos ofícios de sua capela ou de sua igreja rural." (CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. p. 10.)

¹⁰⁹ Por exemplo: Anna filha de... ou Maria mulher de...

As crianças batizadas não tinham sobrenome e os sobrenomes das mulheres geralmente não correspondiam aos de seus conjugues.¹¹⁰

Estudando meticulosamente, de uma forma sistemática a documentação de batismo, buscamos identificar a existência de expostos na região, com o fim de contribuir com esquemas explicativos previamente elaborados.

Foi possível encontrar em meio aos milhares de Assentos, rebentos que estiveram “envolvidos” nas situações mais atípicas do cotidiano daquela freguesia. Um desses casos, foi o batismo das irmãs gêmeas: Florencia (sic) e Feliciano, que eram netas de parte paterna de uma mulher que nasceu em uma viagem marítima vindo para a colônia na América. Mencionando também que as pequenas “mobilizaram” três sacerdotes em seus sacramentos de batismo, demonstrando o destaque de sua família na sociedade, pois

Florencia, e Feliciano filhas legítimas de Antonio Nunes Barbosa, e de Florência Beserra da Costa neta por parte paterna de Manoel Nunes Coelho natural da cidade Braga, e de Brisida Barbosa da Assunção, *aqual nasceo no mar vindo para Pernambuco*, e pela materna do Tenente Jose Barbosa Govea natural da cidade da Paraíba freguesia de Nossa Senhora das Neves nasceram aos desanove de Dezembro do anno de mil Setecentos, e Setenta, e tres, e foram batisadas Felicia em casa por necessidade pelo *Padre coadjutor Bonifacio da Rocha Vieira*, o qual lhe pos os Santos oleos nesta Matris de Licença minha aos sete de Janeiro do anno de mil Setecentos, e Setenta e quatro; e Florência neste mesmo dia foi batizada por mim digo pelo *Padre Miguel Pinheiro Teixeira* de Licença minha com os Santos oleos nesta Matris, e eu fui o seo *Padrinho*, de que mandei Lançar este assento, em que me asiney. (Pataleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande)¹¹¹ Grifo nosso

¹¹⁰ Devemos esclarecer que na colônia, “não havia qualquer tradição, ou mesmo norma, para a transmissão do nome de família.” (MARCILIO, Maria Luiza. *Caçara: terra e população – estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: Ed. Paulinas / CEDHAL, 1986. p. 204.)

¹¹¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770 – 1777 / F, 73. v – Florencia (sic) e Felicia, gêmeas.

Na segunda metade do século XVIII, foram raríssimos os trabalhos de parto em que nasceram crianças gêmeas na Freguesia. Sendo assim a imagem a baixo, demonstra que esse tipo de nascimento despertava o interesse de estudiosos, como também instigava os artistas, no continente europeu.

FIGURA 3



Fonte: Cabine des Estampes, Col. Biliotèque Nationale de Paris. In: DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio / Brasília: Ed. UNB, 1993.

Mary de Priore, em seu livro *Ao sul do corpo*, nos fornece embasamento teórico para enfatizarmos o batismo das ditas irmãs na freguesia. Segundo a historiadora, os gêmeos eram observados como uma espécie de monstros que tinham conquistado a normalidade. Porém, ela questiona o caso dos xifópagos, vistos como frutos de feitiços ou coitos desordenados. Por outro lado, o parto dessas crianças era temido pelas parteiras, comadres e doutores. Pois colocava em risco a vida, tanto da mãe, como a dos recém-nascidos.¹¹² Foi o caso de Felícia, batizada em casa.

Uma outra situação que nos despertou atenção, nos documentos que se apresentam com uma fórmula rígida que pouco se alteram, com informações limitadas que se repetem centenas e centenas de vezes, tomando um dos primeiros momentos do ofício do historiador um exercício de paciência e morosidade, foi o descaso do padre Joam Tavares da Fonceca (sic), quando redigiu o Assento que confirmava o batismo de um dos muitos rebentos da freguesia. Sendo assim,

Francisco filho legitimo de Manoel Ribeiro de Sâ, e de Rita Maria do Espirito Santo cujas naturalidades nam vieram no assento neto por parte paterna de Antonio Ribeiro de Sâ, e de Geraldo de Brito e Maria Marta de Sousa e Rosa Maria de Almeida / e declaro que escrevi esta asneira porque o Padre Joam Tavares a Sim amandoa, e eu nam Posso adivinhar / nasceo aos desoito de Mayo do anno de mil Setecentos e Setenta e hum, e foi batisado de Licença minha nos Trinta do dito mes, e anno pelo Padre Joam Tavares da Fonceca, que tambem nam declarou Se lhe pos os Santos oleos: foram padrinhos o Capitão João de Mourá, e Sua mulher Dona Joana de Mello e Andrada, de que mandei Lançar este assento, em que me assinei. (Pantaleão da Costa de Araújo / Vigario do Rio grande)¹¹³ Grifo nosso

O antropólogo – historiador Luiz Mott, nos revela em suas pesquisas que, no mundo cotidiano da América portuguesa havia uma gama de sacerdotes totalmente descomprometidos

¹¹² DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio / Brasília: Ed. UNB, 1993. p. 192 et seq.

¹¹³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770 – 1777 / F, 12. v – Francisco.

com suas obrigações clericais.¹¹⁴ E isso não seria diferente na capitania do Rio Grande do Norte, nas terras de Nossa Senhora da Apresentação.

Salientamos ainda que, o vigário da igreja matriz, o senhor Pantaleão da Costa de Araujo (sic), a qual foi considerado pelo visitador representante do bispo de Olinda, como um homem reto e bom pastor,¹¹⁵ apresentou-se muito mais importunado ao tomar conhecimento das condições nas quais se realizaram o batizado da rebenta Marianna (sic). Isso, mais ou menos cinco anos antes do batismo do pequeno Francisco, Já que

Marianna filha legitima de Antonio Teyxeira Coelho, e de Valeria Ferreyra naturais desta freguesia, neta por parte paterna de Antonio Teyxeira Coelho natural das partes de Portugal, e de Ignacia de Abreo desta freguesia pela materna do Thenente Francisco de Souza Oliveyra, e de Tecla Rodrigues Pinheyro naturais desta freguesia foi bautizada nesta freguesia com os Sanctos oleos de Licença do Reverendo Vigario de Extremoz Antonio de Souza Magalhães aos vinte, e sette de Janeyro de mil Settecentos, e secenta, e sinco pelo Padre Miguel Pinheyro Teyxeira, e não vinha expressado o dia do nascimento. Forão Padrinhos o Thenente Francisco Pinheyro Teyxeira homem casado, e Antonio Jose de Souza filho do Thenente Francisco de Sousa Oliveyra, *os quais padrinhos ambos do mesmo sexo he contra o disposto nos concilios, e constituição, e o forão por eu não saber nem assistir ao batizado, do que fis este assento, e mandei, que se – remetesse certidão ao seo Reverendo Parocho, e me – assinei por verdade.* (Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande)¹¹⁶ Grifo nosso

Podemos notar que, a pequerrucha recém-nascida também recebe como padrinho o irmão de sua mãe, o Antonio Jose de Souza (sic), nesse caso seu tio. Dessa maneira, a pequenina se envolveu indiretamente, já que culpa nenhuma tinha no ato, em um evento impossível para

¹¹⁴ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. p. 210 – 220.

¹¹⁵ ACERVO DA IG. MATRIZ DE Nª Sª DA APRESENTAÇÃO / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO: 1725 – 1890 / F, 76 – Termo de visitação de 9 de dezembro de 1786.

¹¹⁶ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763 – 1765 / F, 22. v – Marianna (sic).

mentalidade católica da segunda metade do século XVIII. Um batizado que foi realizado com dois padrinhos do mesmo sexo, e ainda mais com a autorização do vigário de uma outra freguesia.¹¹⁷

Nesse mundo de situações inusitadas, e protegido pela virgem da Apresentação, a fórmula, e o desenvolvimento da própria redação dos Assentos de batismo, era um indicativo que revelava o nível de importância social de algumas crianças que nasciam. E isso é possível observar nos seguintes casos que foram selecionados para dar dimensão à realidade: o Assento de batismo do filho do Sargento-mor Ignácio Francisco da Silva Botelho, e de Anna Paula Francisca de Jesus, contém 24 linhas de redação¹¹⁸; o Assento do filho da escrava Isidoria propriedade do Alferes Antonio Câmara, contém 20 linhas¹¹⁹; o Assento da filha de Rosa Maria solteira, neta de Duarte da Rocha, e de sua mulher Maria Pinheiro sendo todos eles índios, contém 11 linhas¹²⁰; o Assento da filha de Sebastião José pardo, e de Ana Maria parda, contém 6 linhas¹²¹ e o Assento de um exposto deixado em casa de João da Silva, contém 3 linhas praticamente¹²². Isso, logicamente, não representa uma lei ou regra geral, pois existem Assentos de batismo de filhos de militares de maiores patentes e em maiores casos de escravos com uma redação mais objetiva, como também há Assentos de expostos bastante ricos em informações.

O último caso mencionado foi de um exposto deixado em casa de João da Silva, que também recebeu o nome de João no ato do batismo. Sendo assim, a redação mínima do

¹¹⁷ Certamente, o vigário Pataleão da Costa de Araujo (sic) deveria esta fazendo referencia ao Concilio de Trento, que inspirou as Constituições na colônia. Para esse evento da igreja, Cf. GOLDSCHIMIDT, Eliana. Concilio de Trento. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 197 – 198.

¹¹⁸ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 7. v – Ignácio.

¹¹⁹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 156 – Miguel. Pois, sendo o escravinho um bem móvel, tal como também era sua mãe, se deveria ficar perfeitamente claro no texto do documento, sua origem e propriedade.

¹²⁰ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 132. v – Josefa índia.

¹²¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 167. v – Florência.

¹²² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770-1777 / F, 108. v – João exposto.

documento que comprova a salvação da alma do pequeno enjeitado, serve para ratificar o raciocínio de Venâncio, quando comenta, “não é exagero afirmar que os abandonados eram os mais pobres entre os pobres. Eles ocupavam o último nível da hierarquia social.”¹²³

Por outro lado, o sintético documento de batismo de João exposto, provavelmente poderia estar também relacionado com a própria posição social do chefe do domicílio onde o recém-nascido foi abandonado. Pois, em 1789, basicamente treze anos após o abandono do recém-nascido, o colono João da Silva surgiu como condenado pelo Senado da Câmara da cidade do Natal, junto com mais quatro homens. Sendo os tais, e inclusive o dito João, considerados pelos camaristas como, “mansos, pobres, e improcedidos.”¹²⁴

O pequeno enjeitado com o nome de João fez parte de um conjunto composto por um número de dezenas e dezenas de outras crianças, meninos e meninas recém-nascidos que foram abandonados na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no decorrer da segunda metade do século XVIII, e que fizeram parte da vida social dos colonos que residiam na cidade do Natal e nas suas regiões circunvizinhas de caráter sitiante.¹²⁵ Vida social essa, que não só se revelava nos documentos da Igreja, mas também nos documentos produzidos no Senado da Câmara.

Os Termos de vereação redigidos pelos camaristas, nos permitirem saber da existência de uma série de funcionários da burocracia portuguesa, que na freguesia eram na sua maioria militares.¹²⁶ Também havia aqueles que “circulavam” pela cidade do Natal, e no espaço aberto da

¹²³ VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. p. 216.

¹²⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1793 / F, 113. v – Vereação de 15 de setembro de 1789. Salientamos, que João da Silva não era morador da cidade do Natal no ano de 1776, quando o enjeitado chegou em sua casa. Seu domicílio estava localizado em Olho d' Água da Pirituba, provavelmente um sítio da freguesia. (Tal informação só foi possível por que o batismo do enjeitado foi reasentado no mesmo livro [1770 – 1776], na F, 109. v, com duas ou três informações, aumentando a sua redação para quatro linhas e meia).

¹²⁵ O abandono do pequeno João será ainda discutido no próximo capítulo.

¹²⁶ Para um estudo das várias categorias de funcionários da coroa na colônia, na segunda metade do século XVIII. Cf. SALGADO, Graça. (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985. p. 342 et seq. (Arquivo Nacional, Coleção publicações históricas, n. 86)

freguesia, envolvidos certamente em algum tipo de “prestação de serviços”, eram eles: ferreiros; carpinas; sapateiros; alfaiates e pedreiros,¹²⁷ participando da vida cotidiana da comunidade.

Segundo Agnes Heller, em sua obra *O cotidiano e a História*, a vida cotidiana é a vida de todo homem, que todos a vivem sem, exceção, qualquer que seja sua função na divisão de trabalho. E ainda afirma com muita propriedade

... o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias...¹²⁸

Del Priore, pensando a história do cotidiano em um momento bem posterior a Heller, comenta que não é suficiente aceitar que a História é a história de uma longa exploração do homem pelo homem, sem tentar entender o que isto realmente significou para os explorados ou para excluídos.¹²⁹ Excluídos como: os expostos, os vadios e alguns colonos tidos como desobedientes na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Sendo assim, em 24 de agosto de 1789, Jose (sic) filho de Antonio da Costa, que era morador na Aldeya Velha (sic), foi condenado pelo Senado da Câmara como vadio desocupado e ladrão.¹³⁰ E pouco mais tarde, em janeiro de 1790, os camaristas apresentavam uma certa

¹²⁷ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1781 – 1784 / F, 97. v – Termo de vereação de 16 de outubro de 1782.

¹²⁸ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992. p. 17. (Série Interpretação da história do homem, v. 2) – Primeira edição 1970.

¹²⁹ DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Dominios da história: ensaios de teoria e metodologia*. p. 271

¹³⁰ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1793 / F, 111. v – Vereação de 29 de agosto de 1789.

preocupação com “alguns vadios que hião ao Rio desta Cidade ultrajar as pobres molheres que hião Lavar a sua Roupa, e buscar agua...”¹³¹

E necessário esclarecer que, os Termos de vereação, são documentos extremamente lacônicos, quando o assunto é os vadios. Já que eles aparecem muito raramente nos registros. E quando isso ocorre, as informações se apresentam bastante áridas, ocupando pouquíssimas linhas do documento. Supostamente por que esses tipos sociais existiam em número bem reduzido nas terras de Nossa Senhora da apresentação.

Todavia, o Livro de Tombo da igreja da igreja matriz,¹³² nos permitiu detectar a presença de alguns colonos vistos como desobedientes, ou melhor, descuidados com a fé. Isso segundo a visão da catolicidade, então representada naquele momento pelo visitador vindo da capitania de Pernambuco, Joaquim Monteiro da Rocha. Que por sua vez, apontava a desobediência e o descuido dos ditos colonos. E afirmava que era:

... abominável a falta de religião que se observa em muitos fregueses desta freguesia, os quais sem justa causa que os desculpe deixem de ouvir a Santa Missa nos dias de preceito e de concorrer para que haja Capelão nas capelas desta freguesia e não cessão de trabalhar nos domingos e dias santos, antepondo os lucros temporais aos interesses eternos. Para desterrar pois ao escandalosa abominação não tem bastado até o presente os repetidos clamores dos Excelentíssimos Vigilantísimos Prelados em suas pastorais, e dos Reverendos Visitadores em seus provimentos, antes parece que quanto mais cresce o brado (...) tão mais se diminui o respeito de Santificar os dias do Senhor.¹³³

¹³¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1793 / F, 123. v – Vereação de 13 de janeiro de 1790.

¹³² Esse livro é uma espécie de “caderno de ocorrências”, na qual o vigário registrava todos os ocorridos da freguesia, considerado por ele os mais importantes.

¹³³ ACERVO DA IG. MATRIZ DE N^a S^a DA APRESENTAÇÃO / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO: 1725 – 1890 / F, 69. v – Termo de visitação de 31 de março de 1779.

Apesar de nosso processo investigativo se concentrar necessariamente na segunda metade do século XVIII, foi possível encontrar nos Assentos da igreja matriz que registravam os enterramentos da população, o caso de um homem chamado José (sic) que morreu em 10 de novembro de 1761, com a idade de 68 anos, “pouco mais ou menos”. O que chamou a atenção é que o defunto, quando recém-nascido, foi exposto em casa de Francisca de Tal, que na época era moradora no rio Potengi, desta mesma freguesia.¹³⁴

Prontamente, esse ocorrido nos garante a existência dessas criaturas enjeitadas na comunidade desde o final do século XVII, mais “precisamente” o ano de 1693.

Eni de Mesquita Samara, em seu livro *Familia, mulheres e povoamento*, nos permite saber que, no final do século XVII, período no qual identificamos o caso mais antigo de abandono de recém-nascidos, que se tem registro para o espaço eclesiástico em questão, na capitania de São Paulo a função de juizado de órfãos era vista como:

... outro organismo de poder local, igualmente espelhava o prestígio das principais famílias. Em março de 1693, o capitão Paulo da Fonseca Bueno é nomeado Juiz de Órfãos, cargo que pertencia a Antonio Rapozo da Silveira e que o tinha legado a sua filha Dona Ana Maria da Silveira, por sua vez, casada com o referido capitão.¹³⁵

A impressão que temos, ao confrontarmos as informações retiradas dos documentos de óbitos pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, com as informações apresentadas por Samara é que, de “norte ao sul” da América portuguesa os expostos foram socorridos realmente pelos mais variados e distintos segmentos da sociedade. Desde uma simples

¹³⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1760 – 1765 / F, 20. v – José exposto (sic).

¹³⁵ SAMARA, Eni Mesquita. *Familia, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru: Ed. EDUSC, 2003. p. 33. (Coleção História)

e “anônima” Francisca de Tal, possivelmente uma mulher solteira,¹³⁶ colona que vivia próximo a um rio, até a instituição representante do soberano português, o Senado da Câmara. Ao menos em tese, isso, sem esquecer dos serviços prestados pelas Santas Casas de Misericórdias com suas Rodas, a partir da primeira metade do século XVIII.

Salvaguardamos que, o abandono do pequeno Josê (sic) no final da segunda metade do século XVII, ocorreu em um momento “singular”. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, foi um período de fome e penúria na colônia,¹³⁷ e sobretudo, de insegurança para os moradores da cidade do Natal e redondezas, motivado pelo conflito entre colonos e indígenas.¹³⁸

Sobretudo, o local onde Josê (sic) foi enjeitado, e a pessoa que supostamente o recolheu, são dados importantes para prenunciar o modelo do abandono de recém-nascidos, que se configurou na freguesia.

2.1 O modelo do abandono

A imagem desenhada pelo viajante Thomas Ewbank, em sua obra *Vida no Brasil*, representa um dos muitos momentos da vida cotidiana de algumas cidades da América portuguesa. Ele parece “flagrar” o momento certo em que uma mulher, (tal como tantas outras mulheres ou até quem sabe homens também), abandonava um pequeno recém-nascido, na conhecida Roda dos expostos. Local para onde foi endereçada a grande quantidade de pequerruchos urbanos que, pelos mais variados motivos não poderiam ficar juntos aos seus pais.

¹³⁶ Afirmamos que a mesma era provavelmente solteira na época, pelo motivo de no documento de óbito de Josê exposto (sic), ela ser a responsável pelo domicílio, e não o seu possível marido.

¹³⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil – colônia*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. p. 133.

¹³⁸ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 178.

Por exemplo, durante o século XVIII e XIX, a Roda da cidade do Rio de Janeiro, recebeu entorno de 42.200 enjeitados. Por outro, o índice de mortalidade oscilava comumente entorno de 50% a 70%.¹³⁹

FIGURA 4



Fonte: EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil* (1855). In: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Maternidade negada*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. p. 195.

¹³⁹ LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. *Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. p. 67.

Mesmo assim, nos traços de Ewbank, a mulher além de anônima, está sobretudo atônita, parece que em seu rosto está a culpa ou a vergonha de transformar o seu filho, não sabemos se era, em um exposto. Pois o mínimo de sentimento pode ser abstraído, isso no momento em que ela projetou o recém-nascido envolto em um manto dentro do grande cilindro, dando ao pequenino, supostamente, a última e a máxima de sua assistência pessoal.¹⁴⁰ O artista cristalizou um momento, e uma atitude extremamente comum nos múltiplos espaços do mundo da colônia, o abandono de crianças.

Devemos salientar, que a imagem criada pelo viajante, corolário do ambiente em que ele vivia naquele momento, representa o contraponto do abandono de crianças na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, e sobretudo a base da problemática dessa pesquisa. Ao passo que não há evidências da existência de uma Roda dos expostos na história da cidade do Natal, nem de uma Santa Casa, nem ao menos de uma Irmandade da Misericórdia.

Neste mesmo contexto, Laura de Mello e Souza, em sua obra *Norma e conflito*, chama a atenção para a política do Império Português, no tocante ao abandono de recém-nascidos na segunda parte do século XVIII. Em 1775 o ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal), criou o alvará que regulamentou de uma maneira muito mais estrita e definida o assunto em questão. Segundo Mello e Souza, essa foi uma das principais leis criadas pela Coroa nos anos de setecentos. Bem mais relacionada para a relação entre, expostos, Santas Casa da Misericórdia e juizes de Órfãos, deixando um pouco de lado as implicações camararias, no que relativo o trato com os enjeitados.

¹⁴⁰ Venâncio, em sua obra *Famílias abandonadas*. p. 58, o historiador apresenta um quadro esquemático dos enxovais que acompanhavam as crianças enviadas a Roda dos expostos. Para montar o tal quadro, o mesmo utilizou como fonte, os livros de matrícula dos expostos, das Santas Casas do Rio de Janeiro e Salvador. Referentes ao séculos XVIII e XIX.

Para Mello e Souza, o ano de 1775 não representava apenas o fim do terceiro quartel do século XVIII, mas também o momento em que, “intensificou-se a luta pela criação das rodas de expostos nas Misericórdias ou mesmo em casas de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes”.¹⁴¹

Mesmo havendo essa permissão do governo metropolitano, para instalação de rodas nos domicílios, acreditamos que nem isso tenha ocorrido no principal núcleo de povoamento da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que era a cidade do Natal. Principalmente por causa da quantidade de expostos que surgiram durante a segunda metade do século XVIII e, além de tudo, pela freqüência em que ocorreram os tais abandonos.

Sendo assim, um conjunto de tabelas construídas a partir de pesquisas empíricas nas fontes quantitativas, de batismos, nos possibilitaram trazer a tona, não simplesmente só a existência dos expostos, mas sobretudo modelo desse abandono de crianças recém-nascidas na comunidade.

A tabela 2, nos permite saber que medida algumas mães e até mesmo pais, abandonaram seus filhos nas terras de Nossa Senhora da Apresentação. Em toda a segunda metade do século XVIII, foi possível contabilizar dois mil e cem recém-nascidos batizados, dos quais apenas oitenta e dois eram expostos. Com isso podemos arrolar um índice bastante baixo de pequenos abandonados, que foi de apenas 3,9%. E que podemos considerar uma porcentagem pequena quando comparamos com outras localidades da América portuguesa.

¹⁴¹ MELLO E SOUZA, Laura. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 67.

Na segunda metade do anos setecentistas, no meio urbano das cidades de Minas Gerais, o abandono de recém-nascidos chegava a 10% das crianças batizadas, atingindo frequência que oscilavam entre 20% e 25% nas regiões portuárias como, Salvador e Rio de Janeiro.¹⁴²

TABELA 2
ÍNDICE GERAL DO ABANDONO DE CRIANÇAS DE 1753 - 1795

Batismo de livres	Batismo de expostos	Nº Rel. de expostos
2100	82	3,9 %

Fonte: L. B. F. N. S. A.

Segundo Mello e Souza, “zonas urbanas expunham mais as crianças do que zonas rurais, onde as transformações lentas e as solidariedades mais acentuadas propiciavam melhor recepção aos enjeitados”. Estando a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação localizada em uma capitania periférica, sem grande representatividade econômica, a pequena frequência na prática de abandonar os pequeninos pode ser comparada com outros espaços luso-americanos. Espaços que foram caracterizados por economias que não eram de exportação.

Marcílio, em sua obra *Caiçara*, revela que em uma sociedade composta por pescadores e pequenos agricultores em São Paulo na região de Ubatuba, na segunda metade do século XVIII e princípio do século XIX, a prática de abandonar recém-nascidos quase não existia pois o índice

¹⁴² VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. p. 192. Cf. também, VENÂNCIO, Renato Pinto. Entregues à própria sorte. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, n. 9, p. 42, jul. 2004.

correspondia a 0,6%.¹⁴³ Sheila de Castro Faria, em seu trabalho intitulado *A colônia em movimento*, pesquisa em que a mesma estuda fortuna e família no cotidiano colonial, nos revela que em outras regiões em que não havia uma economia exportação, como: Guaratiba; Irajá; Jacarepaguá e Inhaúma, no Rio de Janeiro o número relativo de abandonos de recém-nascidos era de 3,3%¹⁴⁴, tão baixo quanto o da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

O historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, em seu estudo denominado *Vivências indígenas, mundo mestiço*, nos possibilita saber qual foi o índice arrolado de crianças abandonadas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, localizada no sertão da capitania do Rio Grande do Norte, no final do século XVIII e início do século XIX, que foi em torno de 5,6%.¹⁴⁵ Salientamos que o índice de abandono identificado por Macedo, é apenas um pouco superior ao da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, mas mesmo assim ainda corresponde a um número relacionado a uma economia que também não era de exportação, ao mesmo considerado-se que essa região da capitania fornecia gado para Pernambuco.

Frisamos também, que em outros espaços da colônia esse pequeno índice de abandono foi uma realidade. Venâncio, estudando uma comunidade na região de Minas Gerais, conhecida como Catas Altas, a qual teve a economia fundamentada na agricultura de subsistência, observa que o número relativo de expostos identificados pelo pesquisador não foi significativo, ficando na ordem de 2,4% no final do século XVIII.¹⁴⁶ Mello e Souza, outra grande estudiosa do passado colonial mineiro, também detectou cifras bastante baixas em algumas comunidades com relação a

¹⁴³ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. p. 172.

¹⁴⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998. p. 69.

¹⁴⁵ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências indígenas, mundo mestiço: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*. Caicó: UFRN – Departamento de História e Geografia, 2002. p. 106. (Monografia de graduação)

¹⁴⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775 – 1875. Diálogos*, p. 111 – 123.

prática de enjeitar os filhos. A título de exemplos temos: Cachoeira do Brumado; São José do Raposo e Crasto de Cima, em todas essas localidades foi registrado um índice de apenas 0,2% de expostos.¹⁴⁷

Sendo dessa maneira, podemos perceber que o número baixo de crianças recém-nascidas abandonadas, quando comparado aos centros urbanos da América portuguesa, não era algo exclusivo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada no norte da colônia. Ainda assim, não podemos deixar de comentar que a pesquisa em um conjunto documental composto por mil duzentos e trinta Assentos de óbitos, nos possibilitaram identificar em números absolutos 38 expostos, dos quais apenas seis tem referência nos Assentos de batismo. Provavelmente os demais 32 enjeitados tiveram seus registros de batismo destruídos pelo tempo.

Deixamos claro, que os 32 expostos presentes nos Assentos de óbitos, não foram contabilizados para obtenção do índice de abandono na freguesia.

TABELA 3

BATISMO DE EXPOSTOS SOBRE OS BATISMO DE LIVRES, 1753 - 1795

Períodos	Batizados	Expostos	
		Nº Abs.	Nº Rel.
1753 - 1757	351	8	2,2%
1760 - 1766	353	27	7,6%
1768 - 1777	717	33	4,6%
1786 - 1795	679	14	2,0%

Fonte: L. B. F. N. S. A.

¹⁴⁷ MELLO E SOUZA, Laura de. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. p. 57.

A tabela 3, nos permite visualizar a segunda metade do século XVIII, dividida em quatro momentos marcados por algumas lacunas. Nela podemos ver o número de batizados que foram realizados em cada período, e que de uma maneira geral, as cifras são praticamente equânimes. O mais importante é saber que entre esses catecúmenos poucos eram expostos e, sobretudo, que eles estiveram presentes em todo período investigado, configurando que o ato de abandono crianças recém-nascidas na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, foi uma constante.

Queremos destacar o período de 1760 – 1766, na qual o índice de abandono chegou em nível de 7,6%, aparentemente um aumento significativo se tomarmos como referencial a década anterior. Mas devemos observar dois elementos importantíssimos: primeiro, a série estudada é curta, e, segundo, o território da freguesia nesse mesmo momento havia passado modificações importantes, cedendo espaço para criação de novas jurisdições religiosas. Sendo assim, tomando em consideração esses pontos, o índice constatado para o período não representa uma alteração no ritmo de abandonos da comunidade.

A tabela 4, montada a partir de dados do período de 1760 – 1766, o qual justificamos a por ter sido o momento em que houve o maior número de abandonos. Relativamente longa, a tabela serve para ratificar a constante presença de recém-nascidos abandonados no espaço da freguesia. Nela podemos verificar os nomes dos enjeitados, como também a data do abandono e do batismo.

TABELA 4

FREQÜÊNCIA DO SURGIMENTO DE EXPOSTOS, 1760 - 1766

Nome dos expostos	Data do abandono	Data do batismo
Josefa	—	12/08/1760

Lauteria	-	26/09/1760
Tereza	-	04/05/1761
Anna	08/11/1761	27/11/1761
Maria	-	14/12/1761
Balehios	05/10/1762	07/10/1762
Francisco	24/11/1762	30/11/1762
Josê (sic)	15/09/1763	-
Maria	23/11/1763	05/12/1763
Lino	-	18/12/1763
Lina	13/04/1764	24/04/1764
Manuel	02/10/1764	14/10/1764
Margarida	-	16/05/1765
Lucas	24/05/1765	21/06/1765
Antonio	22/08/1765	12/09/1765
Francisco	28/08/1765	09/09/1765
Cosme	- / 09 / 1765	20/10/1765
Manuel	-	16/11/1765
Luiza	-	24/11/1765
Manuel	05/12/1765	08/12/1765
Bernada	-	26/01/1766
Inofre	15/04/1766	29/04/1766
João	20/05/1766	26/05/1766
Manuel	01/08/1766	08/08/1766

Maria	–	10/08/1766
Antonio	–	24/08/1766
Miguel	12/09/1766	–

Fonte: L. B. F. N. S. A

Com a apresentação dessa tabela podemos nos dar conta que os genitores, ou mais especificamente as mães, abandonavam constantemente seus rebentos. Havia alguns intervalos que foram relativamente longos, já outros foram bem curtos, um exemplo bem claro disso foi o caso do exposto Balehios, que foi deixado em algum canto da freguesia na data de 05 de outubro de 1762, e percebesse claramente que 49 dias após o abandono desse pequenino, outro recém-nascido é abandonado na data de 24 de novembro de 1762, recebendo o nome de Francisco.

Frisamos ainda que os casos se repetem. Na data de 22 de agosto de 1765, o Tenente Coronel Felis Barbosa Tinoco, encontrou por volta três para as quatro horas da manhã um exposto, sendo que o próprio militar e sua esposa se tornaram padrinhos do mesmo, pondo nele o nome de Antonio. Agora chamamos atenção para a proximidade do abandono de Francisco, deixado na casa de Cosme Ferreyra (sic), em 28 de agosto de 1765, encontrado pelo próprio dono do domicílio, às três horas da manhã. Observamos que o intervalo foi de apenas 6 dias de um abandono para o outro, o que nos deixa a impressão de que “sempre” havia uma mulher grávida na comunidade, com um motivo bem específico para enjeitar o seu filho.

Queremos também destacar que a inexistência de algumas datas de abandono e de batismo são conseqüência da mal elaboração de alguns documentos eclesiásticos.

TABELA 5
LOCALIDADES ONDE SURGIRAM EXPOSTOS, 1753 – 1795.

Localidades	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Domicílios	82	100%
Caminhos	–	–
Igrejas	–	–
Logradouros	–	–
Capelas	–	–
Senado da Câmara	–	–

Fonte: L. B. F. N. S. A.

A tabela 5, demonstra um conjunto de localidades em que era muito comum se encontra recém-nascidos abandonados, principalmente quando o ambiente estudado era um centro urbano da América portuguesa, marcado pela existência de um porto, e pelo intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Dessa forma, essa tabulação nos prova a partir de uma amostragem, que os genitores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação tinham amor por seus filhos.

Esse amor que mencionamos acima, dos colonos para com os seus filhos, está diretamente relacionado o local onde todos os recém-nascidos da segunda metade do século XVIII foram abandonados na freguesia. Os números deixam evidente a preocupação das pessoas em abandonar as criaturinhas em domicílios. Em nenhum momento, os caminhos, as igrejas, os logradouros, as capelas ou mesmo o Senado da Câmara foram lugares elegidos para se deixar os

pequeninios, já que possivelmente haveria uma probabilidade muito maior de morrerem de fome, frio ou atacados por animais, como ocorria nos grandes centros urbanos.

Nos estudos realizados nos documentos de Termos de Vereação, encontramos por algumas vezes preocupações como: “em mandar ao almotacel que fizesse alimpar os Caminhos vizinhos a Cidade, e o mesmo que fizesse no Aterro do Caminho da Ribeira”.¹⁴⁸ Isso demonstra que possivelmente se alguém tivesse intenção de deixar a criança em um caminho buscando praticar um infanticídio, esse não seria o melhor lugar, pois se buscava deixa-los “sempre” limpos, e algum colono, escravo ou índio possivelmente a encontraria, e a levaria para batizar.

A maneira com que os pais abandonaram regularmente seus filhos na freguesia, somente confirma o raciocínio de Marcílio, pois, “vendo o fenômeno abandono de crianças na perspectiva histórica ampla, abrangente, podemos afirmar, sem incorrer em grandes erros, que a maioria das crianças que os pais abandonaram não foram assistidas por instituições especializadas. Elas foram acolhidas por famílias substitutas”.¹⁴⁹

A tabela 6, nos permite visualizar os mais variados tipos de domicílios onde os expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foram projetados. As casas chefiadas por homens foram a grande escolha de quem por algum motivo necessitava abandonar um recém-nascido, tal predileção correspondeu a 69,3% dos domicílios que receberam enjeitados. Mas ressaltamos que essa porcentagem estava dividida em três categorias: domicílios de pessoas que eram aparentemente apenas colonos, tendo recebido 54,8% dos abandonados; domicílios de escravos, que receberam 2,4% e domicílios de militares, que tiveram “deixados em suas portas” 12,1% dos enjeitados.

¹⁴⁸ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1793 / F, 103. v – vereação de 30 de maio de 1789.

¹⁴⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. p. 55.

Os domicílios chefiados por mulheres receberam 28% dos enjeitados, considerando que o conjunto de colonas que viviam na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, eram mulheres solteiras ou declaradas viúvas, sendo ainda algumas delas proprietárias de escravos. E 2,4% não foram possíveis identificar os locais de abandono.

TABELA 6
DOMICÍLIOS ONDE SURGIRAM EXPOSTOS, 1753 – 1795.

Domicílios de:	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Colonos	45	54,8%
Colonas	23	28%
Escravos	2	2,4%
Militares	10	12,1%
Sacerdotes	–	–
Funcionários Reais	–	–
DNI	2	2,4%

Obs.: DNI = domicílio não identificado.

Fonte: L. B. F. N. S. A.

Os estudos investigativos tanto nos documentos de batismo quanto nos documentos de óbito não revelaram a existência de recém-nascidos abandonados na casa de sacerdotes. Porém, como a tabela 6, tal como as demais foi construída baseada dos dados retirados dos Assentos de batismo, não foi contabilizado a existência de um recém-nascido deixado na porta da casa do

Provedor da Fazenda Real, o senhor Antonio Carneiro de Albuquerque,¹⁵⁰ já que o pequeno abandonado foi identificado nos documentos de enterramento.

Chamamos atenção que possivelmente a busca de casa de colonos para se abandonar crianças, colonos esses que já tinham famílias constituídas, representasse uma tentativa de oferecer ao filho enjeitado uma melhor sobrevivência num ambiente teoricamente estável. Contra-sensos também foram localizados nos locais de abandono, como: dentre os colonos um era solteiro. Será que o exposto era filho dele? Não sabemos, e nem descartamos a possibilidade. Porém, o que especulamos é que tipo de trato teve uma criança enjeitada em uma casa onde não havia uma mulher com a mínima experiência na criação de filhos. Um outro problema, são os dois enjeitados na casa de escravos. Qual seria a perspectiva dos pais que abandonavam seus rebentos na porta de cativos? Já que os escravos eram criaturas sem nenhuma estabilidade e nem personalidade jurídica.

Podemos destacar o caso, do preto Joaquim que no ano de 1763 era escravo de Joaquim de Moraz (sic), morador no Ferreiro Torto. Por volta da meia noite, da quarta para quinta- feira, na data de 14 – 15 de setembro de 1763, o preto Joaquim encontrou deixado na porta de sua casa uma criança, que não portava nenhum bilhete. Salientamos que o pequeno exposto foi batizado subcondição,¹⁵¹ provavelmente por não aparentar boa saúde e possivelmente ainda não ter recebido o primeiro sacramento de sua vida, o batismo. Acreditamos também que José tenha sido recolhido pelo dito escravo, pois o mesmo conduziu a criança até a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, e se tornou padrinho do exposto junto com sua mulher Feliciano, que na época era uma preta forra.

¹⁵⁰ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788 – 1802 / F, 43. v – Gregorio exposto (sic)

¹⁵¹ O ato de batizar um exposto subcondição, estava diretamente relacionado a dúvida de quem recebia o rebento. Como havia enjeitados que traziam consigo bilhetes que informavam se a criança tinha recebido o primeiro sacramento ou não, e para garantir a salvação da alma do pequeno desvalido, se realizava um batismo por precaução. (MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. p. 54.)

Segundo o historiador Jacques Gélis, em seu trabalho conhecido como, *A individualização da criança*, o batismo foi considerado um rito de socialização da criança.¹⁵² Na Freguesia que estamos estudando, esse rito também concedido aos expostos ocorreu como em outros espaços da colônia, em igrejas, capelas e em domicílios.

TABELA 7

LOCAIS ONDE FORAM REALIZADOS OS BATISMOS DE EXPOSTOS, 1753 -1795

Locais	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Ig. matriz	25	30,4%
Capelas	50	60,9%
Domicílios	2	2,4%
LNI	5	6%

Obs.: LNI = local não identificado.

Fonte: L. B. F. N. S. A.

Na tabela 7, nós temos uma distribuição dos lugares de batismo dos pequenos enjeitados na freguesia. Esse mapeamento nos permite conjecturar que a maioria dos domicílios receptores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação estavam localizados no espaço rural, pois 60,9% dos expostos foram batizados em capelas.

Diante desse panorama, podemos comparar essa freguesia com a região de Sorocaba, onde 80% dos domicílios receptores estavam localizados no espaço rural e apenas 20%

¹⁵² GÉLIS, Jacques. *A individualização da criança*. In: ARIÉS, Philippe, DUBY, Georges. (Dir.), ARIÉS, Philippe, CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 1991. p. 312 (Coleção História da privada; v. 3)

apresentaram-se na área urbana. Pois, segundo o Bacellar, “nenhum autor brasileiro jamais sugeriu, de modo explícito, que a exposição [de crianças] seria um fenômeno passível de ocorrer em tal grandeza no meio rural.”¹⁵³ Isso demonstra que o caso, na freguesia em questão, é portador de aspetos singulares nas pesquisas brasileiras sobre abandono de crianças recém-nascidas no século XVIII.

Na segunda metade dos anos de setecentos, foram batizados em torno de dois mil e cem recém-nascidos. A tabela 8 nos confirma a discussão anterior, pois 1084 crianças receberam o primeiro sacramento de suas vidas em capela, deixando bem claro onde estava localizada a maior parte da população da freguesia. As palavras de Cascudo são extremamente importante para compreendemos a importância das capelas, na freguesia

... era afirmação de fé e denunciava o desenvolvimento econômico local, a densidade demográfica em ritmo crescente, o número apreciável de almas em “estado de comunhão”, uma certa massa residencial fixando cristãos, vivendo em tarefas regulares, em condição de receber os sacramentos, matrimônio para os moços, batizado para as crianças, extremaunção para os velhos. A Capela declarava a presença da vida social organizada sobre bases estáveis, concordância do esforço com a produção asseguradora da existência familiar, o grupo vicial capaz de prestar mutua proteção e auxílio, sistema de caminhos articulando as propriedades esparsas ao centro mais povoado, facilitando trânsito e escoamento das safras, costumes cristãos, unificadores e solitários com a figura simples da Capelinha, pastoreando o rebanho imóvel, reunido à voz lenta do pequenino sino emocional.¹⁵⁴

A partir da tabela 8, podemos nos dar conta que os recém-nascidos livres eram batizados em quase todos os lugares, em domicílio, como também na Igreja de Nossa Senhora do Rosário,

¹⁵³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 24.

¹⁵⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. p. 10 – 11.

ambiente muito mais restrito para os cativos. Lembrando que apenas 0,09% do total foi batizada nesse ambiente sagrado.

TABELA 8

ESPAÇOS ONDE BATIZARAM CRIANÇAS NASCIDAS LIVRES, 1753 – 1795.

Espaços	Batizados	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Ig. matriz	787	37,4%
Ig. de N ^a Sr ^a do Rosário	2	0,09%
Ig. de Santo Antonio	82	3,9%
Capelas	1084	51,6%
Domocílios	37	1,7%
LNI	102	4,8%

Fonte: L. B. F. N. S. A.

Os batismos, 37 foram em domicílios no qual corresponderam a 1,7% do total, apenas dois realizados na igreja de Nossa Senhora do Rosário. Supomos que os batizados que ocorreram na igreja citada, foram realizados por mera devoção ou mesmo por simples necessidade, já que trabalhamos com a população de crianças que nasceram livres. Além disso, nos primeiros oito dias pós-parto, a criança deveria ser levada à presença de um sacerdote, para receber os Santos óleos, pois, “acreditava-se que os inocentes que morriam logo depois do batismo iam logo para o

céu.”¹⁵⁵ Com isso acreditamos, que tais batizados ocorridos em domicílio e na igreja de Nossa Senhora do Rosário estavam diretamente relacionados a este pensamento.

A tabela 9, apresenta a repartição por sexo dos expostos da freguesia. Apesar dos meninos terem sido mais abandonados que as meninas, não cremos que tenha havido uma preferência entre os colonos em querer abandonar mais meninos. Mello e Souza, afirma que isso era apenas uma “refluxo da flutuação natural que sempre corre no tocante a uma distribuição de nascimentos entre os sexos, acabando, ao fim e ao cabo, por se auto-regular”.¹⁵⁶

TABELA 9
REPARTIÇÃO POR SEXO DOS EXPOSTOS, 1753 – 1795.

Períodos	Expostos	Masculinos	Femininos	R. S.
1753 - 1757	8	5	3	62,5%
1760 - 1766	27	16	11	59,2%
1768 – 1777	33	19	14	57,5%
1786 - 1795	14	9	4	64,2%

Obs.: R. S = a razão de sexo, que corresponde a porcentagem de meninos sobre meninas.

Fonte: L. B. F. N. S. A.

No que é relacionado à razão de sexo, em alguns lugares da América portuguesa, determinados estudos de caso identificaram tendências a um equilíbrio nos abandonos, tal como na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Por exemplo, na paróquia da Sé de São Paulo (1763 – 1770), incluindo também a jurisdição da Santo Amaro (1760 – 1810), trabalhadas por

¹⁵⁵ DEL PRIORE, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 6.ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001. p. 34. (Coleção História em movimento)

¹⁵⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. p. 51.

Venâncio. Já a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, investigando a mesma questão na lista nominativa para a cidade de São Paulo, encontrou uma realidade de 85 expostos, sendo 44 meninos e 41 meninas.

Na vila de Sorocaba, a razão de sexo também apresentou-se equilibrada. Pois, ao estudar esta região no período de 1737 – 1845, Bacellar identificou um grupo que correspondia a 531 enjeitados e 521 enjeitadas.¹⁵⁷

Sendo assim, acreditamos que os recém-nascidos foram regularmente enjeitados em todos os cantos de uma comunidade composta pelos mais variados tipos sociais, como: militares; padres; escravos; índios; mulheres solteiras; viúvas e vadios. Comunidade essa que teve seu cotidiano pontilhado de situações “atípicas”, nascimento de crianças gêmeas, documentos erradamente redigidos e rebentos que receberam como padrinhos duas pessoas do mesmo sexo.

Todavia, a amostragem de tabelas apresentada anteriormente contribuiu para construção do seguinte quadro: a população de expostos não representou um conjunto de grande representação em números absolutos; não houve nenhum momento em que se acentuou o número de expostos na freguesia; houve claramente uma espécie de regularidade no nível do abandono; todos os recém-nascidos foram abandonados em domicílios, não houve evidências de expostos em caminhos, logradouros, portas de igrejas ou capelas, ou mesmo no Senado da Câmara; descobrimos também uma predileção da comunidade em abandonar seus filhos em domicílios comandados por homens, o que sugeria um lugar onde existia um grupo estável, uma família.

Por fim, detectamos que a maioria dos expostos foram batizados nas capelas, tal como a maior parte das crianças nascidas livres na freguesia, e que no decorrer da segunda metade do

¹⁵⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 20 – 21.

século XVIII foi marcada por uma auto-regulação demográfica no que é relativo ao abandono de meninos e meninas.

CAPÍTULO 3

DEIXADOS EM PORTAS ALHEIAS: A “CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS” E OS POSSÍVEIS DESTINOS

Toda mulher que, no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem (...) domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estavam tentando protegê-lo.

Renato Pinto Venâncio

Del Priore comenta que fora do quadro pintado por Gilberto Freire, em *Casa – Grande & Senzala*, de uma família patriarcal, pode se observar a existência de famílias nucleares em outros espaços da colônia. Nessas localidades era muito comum: maridos ausentes; companheiros ambulantes; mulheres chefiando seus lares. Como conseqüências disso, crianças circulavam entre os domicílios, sendo criadas por familiares, comadres e vizinhos.¹⁵⁸

A origem dos expostos variava, pois cada caso era um caso, como a maneira de abandonar guardava suas especificidades próprias. Muitas vezes se buscava não deixar os recém-nascidos ao “relento”, digamos, sem uma possível ajuda que viria. Foram muitos os que “depositavam a criança na soleira da porta, fazendo barulho e fugindo em seguida para os arredores, onde se escondiam até terem certeza de que a criança fora bem acolhida”.¹⁵⁹ Essa forma de agir caracterizou a maneira de abandonar na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, abandono realizado de uma “maneira civilizada”, estabelecendo no espaço da freguesia uma “circulação de crianças”.

3.1 O abandono civilizado

Tal categoria de abandono foi criada pelo historiador Venâncio, em sua obra chamada *Famílias Abandonadas*, em que ele estuda a assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, nos séculos XVIII e XIX. Para o historiador, o abandono civilizado também pode ser denominado de abandono-proteção, pois quem deixava os filhos recém-nascidos em caminhos e logradouros, realizava, segundo o pesquisador, um abandono selvagem,

¹⁵⁸ DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. p. 47.

¹⁵⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.), BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. p. 193.

o que muitas vezes conduzia para a morte da criança. Já as pessoas que buscavam domicílios para abandonarem as crianças, realizavam um abandono civilizado,¹⁶⁰ pois tal prática garantia o mínimo de assistência ao enjeitado. Assistência religiosa como: o recolhimento e o batismo.

Devemos considerar que o conjunto de tabelas do capítulo anterior deixou bem claro essa modalidade na maneira de abandonar dos colonos da Freguesia estudada. No entanto, a investigação nos documentos de óbito nos revelou a existência de um caso de abandono selvagem na comunidade, o que não muda a forma de homens e mulheres abandonarem seus filhos nesse espaço da colônia. O caso foi notificado na data de 17 de agosto de 176?, o ano é possivelmente o de 1768, pois o Assento de óbito esta localizado no Livro do mesmo ano. Façamos essa colocação, pois o documento apresentava-se mutilado, nos deixando apenas saber que

..... foi achada uma creansa morta junto à Matris
 pelo tamanho representa com
 uma camisa de al da
 licença minha¹⁶¹

A citação documental claramente não nos diz muita coisa, porém fica evidente a existência de uma criança morta em um ambiente aberto, prática tão comum nos meios urbanos coloniais da segunda metade do século XVIII. No entanto acreditamos que o pequeno desvalido tenha sido sepultado em solo santo, já que o documento nos deixa entrever que houve um reconhecimento de um padre.

¹⁶⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. p. 22 – 25.

¹⁶¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1768 / F, 3 – criança anônima.

O ínfimo número de abandonos caracterizados como selvagens, e a prática constante de abandonos tidos como civilizados no espaço da freguesia foi ratificado, a partir de uma pesquisa em mil novecentos e sessenta e três Termos de vereação, pertencentes ao Senado da Câmara da cidade do Natal. Era uma obrigação das Câmaras assistir os recém-nascidos expostos, caso não existisse uma Irmandade da Misericórdia ou uma Santa Casa.

No processo investigativo dos documentos mencionados, buscamos encontrar alguma posição dos ditos homens-bons da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no que diz respeito ao abandono de crianças recém-nascidas. Posições como: o pagamento de subsídios para famílias criadeiras, ou mulheres na função de amas-de-leite. No entanto, nada foi encontrado, a não ser uma decisão vinda do governo da capitania de Pernambuco com a finalidade de ajudar os desvalidos e entre esses os expostos.

... por hua Carta do Ill.mo e Ex. mo General de Pernambuco Lido pello mesmo Ministro [o Desembargador Antonio Felipe Soares de Andrada de Brederos] em que disia estar findo o Hospital dos Lasarinos naquella Prassa, e que para ajudar da Sua Subsistencia pedia quisessem oferecer o tenue Donativo de trinta reis em Cada arroba de algodão que Se embarcar para o Reino pagos na Prença; o que ouvido todos, e vendo que era tanto do Bem Cumú destas capitancias todõs aSentarão que era muito conviniente o dito Donativo, e o aprovarão, e pedião ao mesmo Ill. mo e Ex. mo General fisesse esta Sua representação na Real Presença, e alcanssase a confirmação deste Donativo. e de Como asim voluntariamente o prometerão, ficando o resto deste Donativo Se o houver para beneficio dos expostos Inocentes ...¹⁶²

Primeiro, devemos alertar que o donativo advindo do algodão não era diretamente para os recém-nascidos abandonados, os expostos, mas, caso restasse algum, deveria ser utilizado para o

¹⁶² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1793 / F, 150. v – Vereação de 18 de março de 1791.

socorro dos mesmos. Também temos que frisar que, assim como outras capitâneas, o Rio Grande do Norte fazia parte de um conjunto de capitâneas anexas a capitania de Pernambuco. Sendo assim, os trintas réis que possivelmente saíam de cada arroba de algodão que era enviada para Portugal, só deve ter beneficiado os núcleos urbanos de Pernambuco.

Ainda acreditamos que muito dificilmente tal ajuda tenha beneficiado os expostos da Freguesia de Nossa Senhora da apresentação, por dois motivos: a distância entre as regiões e diminuta população dos expostos na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Segundo Rocha Pombo, em seu livro, *História do Estado do Rio Grande do Norte*, as ruas da cidade do Natal eram cheias de vacas, cavalos; porcos e cães.¹⁶³ Por outro lado, não encontramos nos Termos de vereação investigados nenhuma notificação de recém-nascidos que foram expostos e em seguida mutilados ou mortos por alguns desses animais. O que reafirma a maneira civilizada dos colonos das terras de Nossa Senhora da Apresentação na forma de abandonar os seus filhos. Porém, os porcos, foram motivo de preocupação dos camaristas na data de 01 de abril de 1797. Sendo assim,

... acordarão mandar afixar hù Edital para não andarem porcos soltos pellas Ruas, dentro de tres dias os donos os Recolherem, e na falta todo o porco que for apanhado seja morto, e em Leilão a Rematado, e o seo produto seja para as despesas da Camara ...¹⁶⁴

¹⁶³ ROCHA POMBO. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Annuario do Brasil, 1922. p. 210.

¹⁶⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VEREAÇÃO / LIVRO: 1793 – 1802 / F, 88. v – Vereação de 01 de abril de 1797.

Em 20 de abril de 1799, dois anos após a vereação citada anteriormente, a preocupação de alguns colonos com os porcos continuava, tanto que, “despacharão hua petição de Francisco Antonio Carrilho para poder Livremente matar os porcos que lhe entrassem no seo citio ...”¹⁶⁵

Fica, entretanto, evidente que a preocupação de certos colonos em combater os porcos com a permissão do Senado da Câmara, estava mais relacionada à proteção de suas roças e lavouras, meio de sobrevivência dos mesmos, do que, à preocupação com recém-nascidos que eram abandonados na calada da noite. Tal suposição se confirma, já que, 40 dias após o despacho da petição de Francisco Antonio Carrilho, na data de 01 de junho de 1799, os vereadores se reuniram e

... acordarão em despachos Requerimento contra porcos, que avisados os donos para lhes botarem canga, e não a tendo, poderão matar qualquer porco que acharem nas Suas Lavouras ou junto a ellas, avisando os donos para os aproveitarem.¹⁶⁶

Nesse mesmo contexto, buscamos informações sobre o abandono de recém-nascidos no Livro de Tombo da igreja matriz da freguesia, documento no qual eram registradas as visitas diocesanas, as quais Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, em seu livro, *Barrocas Famílias*, denominou de “verdadeiras patrulhas a serviço da fé”¹⁶⁷, pequenas inquisições, segundo ele. Nada relacionado às crianças expostas no espaço da freguesia foi encontrado, nem sequer uma menção.

¹⁶⁵ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1793 – 1802 / F, 127. v – Vereação de 20 de abril de 1799.

¹⁶⁶ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1793 – 1802 / F, 130 – Vereação de 01 de junho de 1799

¹⁶⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997. p. 41. (Coleção Estudos Históricos; n. 30)

O que mais chama atenção é que, especificamente no período de 1760 – 1766, o abandono de recém-nascidos chegou a cifra de 7,6%, o que correspondeu em números absolutos a 27 crianças deixadas nas soleiras das portas da comunidade. Mesmo assim esses enjeitados parecem não existir nos olhares cuidadosos dos bispos ou seus representantes que visitavam a jurisdição eclesiástica.¹⁶⁸

Com isso temos mais uma confirmação da forma civilizada de como os colonos daquele espaço abandonavam os seus filhos. O pequeno índice de abandonados, de 3,9% fez com que provavelmente aqueles expostos não chegassem à presença dos poderes públicos da freguesia, como o Senado da Câmara e a Igreja. Os documentos de batismo e óbito impediam, entretanto, que os enjeitados passem despercebidos.

Acreditamos que, a partir da investigação nos Termos de vereação e no Livro de Tombo, que a prática de abandonar crianças com poucos dias de nascimento era algo simbiótico à comunidade, algo que não atrapalhava o cotidiano dos colonos. Segundo Philippe Ariès, o ato de se livrar de uma criança, “... fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da verdade, do esquecimento e da falta de jeito”.¹⁶⁹ Sendo assim, podemos afirmar categoricamente que foi a própria comunidade da freguesia quem resolvia o “problema” do abandono de crianças naquela localidade da capitania do Rio Grande do Norte.

A sociedade que abandonava era a mesma que recolhia e acolhia. Apesar do Senado da Câmara não ter subsidiado a criação dos pobres expostos, encontramos nos Termos de Vereação nomes de pessoas ligadas à administração do lugar e também ligadas aos expostos, que os recebiam em suas portas durante a noite ou eram padrinhos dos mesmos. A título de exemplo

¹⁶⁸ ACERVO DA IG. MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO: 1725 – 1890 / F, 43 – 54.

¹⁶⁹ ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. p. XV – prefácio do próprio autor.

temos: o coronel Francisco da Costa de Vasconcellos (sic)¹⁷⁰; Antonio Martins Praça¹⁷¹ e Joaquim de Morais Navarro.¹⁷²

A tabela 10 demonstra que era a própria sociedade que recolhia e amparava os expostos, já que 48,6% das pessoas que apadrinhavam os enjeitados estavam diretamente relacionadas ao domicílio receptor. Em suma, eram membros da família. Destacamos que: 6,1% dos padrinhos eram os próprios casais proprietários das casas onde ocorriam os abandonos; 14,6% eram apenas os chefes dos domicílios¹⁷³; 9,7% eram mulheres dos chefes de domicílios; 17% os filhos dos mesmos, enquanto 1,2% era outros familiares ligados ao domicílio.

Tais cifras ficam bem melhor de serem compreendidas no raciocínio de Kátia de Queiros Mattoso, em *Ser Escravo no Brasil*, pois a historiadora afirma que “o padrinho, o compadre, a madrinha, a comadre, assumem responsabilidades idênticas às dos pais”.¹⁷⁴ Agora vejamos que 43,9% dos padrinhos dos enjeitados eram pessoas que, aparentemente, não tinham nenhuma relação familiar com o domicílio receptor. No entanto, os documentos investigados nos permitem entrever que algumas dessas pessoas que foram convidadas pelos colonos que receberam recém-nascidos, para serem padrinhos, eram personagens que tinham condições de possibilitar a sobrevivência dos abandonados.¹⁷⁵

Segundo Cascudo, eram os padres “padrinhos de uma parte da população e compadre da metade restante”.¹⁷⁶ Entretanto, verificamos que na população de expostos apenas 3,6% foram apadrinhados por sacerdotes. Salientamos ainda, que no decorrer da leitura dos Assentos de Batismo os padres também não apareciam freqüentemente como padrinhos da população.

¹⁷⁰ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1793 / F, 105 – Vereação de 18 de junho de 1789.

¹⁷¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1738 – 1752 / F, 45 – Termo que mandaram

¹⁷² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784 – 1790 / F, 6 – Termo de eleição ...

¹⁷³ Dentre os chefes de domicílios alguns eram mulheres.

¹⁷⁴ MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. p. 132.

¹⁷⁵ Essa questão será trabalhada mais especificamente no próximo sub-capítulo.

¹⁷⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. p. 11.

TABELA 10

INTRADOMICILIO: QUEM APADRINHAVA OS EXPOSTOS, 1753 – 1795

Padrinhos	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Casal dono do domicílio	5	6,1
Chefe do domicílio	12	14,6
Mulher do chefe do domicílio	8	9,7
Filhos do chefe do domicílio	14	17
Outros familiares	1	1,2
Outras pessoas	36	43,9
Padres	3	3,6
Índios	-	-
Escravos	-	-
S.P	3	3,6

Obs.: S.P = Sem padrinho.

Fonte: L. B. F. N. S. A

Bacellar comenta que, na vila de Sorocaba, 58% dos padrinhos de expostos eram membros da família que recebia a criança.¹⁷⁷ Enquanto na Freguesia de Nossa senhora da Apresentação, como já foi mencionado, 48,6% dos padrinhos de expostos faziam parte da família receptora. O raciocínio de Venâncio sobre a questão do apadrinhamento de crianças fundamenta o entendimento dos números apresentados.

¹⁷⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia. (Org.). *Segredo de família*. p. 35.

O apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. Através do compadrio, o enjeitado ingressava na família (...), estabelecendo relações de parentesco espiritual. Para se ter idéia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança.¹⁷⁸

Nesse contexto, a reflexão sobre compadrio da historiadora Eliana Goldschmidt, completa a discussão de Venâncio.

Parentesco adquirido com a administração do sacramento do batismo na Igreja Católica, que considerava os vínculos espirituais tão válidos quanto os consanguíneos. Segundo os cânones eclesiásticos, eram parentes o que batizava e o batizado, seu pai e sua mãe; bem como os padrinhos e o batizado ...¹⁷⁹

Para as regras de conduta social o contato sexual entre padrinhos e afilhados era considerado crime, que poderia ser punido com a morte, o degredo ou trabalho forçado nas galés.¹⁸⁰ Frisamos que, apesar de não ter sido comum os convites para índios e escravos para se tornarem padrinhos de expostos e de não termos contabilizado situações desse tipo na tabela 10, tais exceções foram presentes na Freguesia de Nossa Senhora da apresentação, na qual envolveram a família Cunha.

Às cinco e trinta horas da manhã, na data de 07 de abril de 1776, o colono João da Cunha Dias encontrou abandonado em sua porta um recém-nascido do sexo masculino que, após receber

¹⁷⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.), BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. p. 220.

¹⁷⁹ GOLDSCHMIDT, Eliana. Compadrio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. p. 190.

¹⁸⁰ ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressões e transigências na sociedade urbana colonial*. p. 234.

que foi batizado com o nome de Francisco. No entanto, o mais importante dessa questão são as pessoas que foram convidadas para serem pais espirituais da criança. Sendo assim, foram padrinhos: Antonio da Cunha, filho do dono da casa onde ocorreu o abandono, e Anna Maria (sic), filha de Luiz Pereira, índios da vila de Extremós.¹⁸¹

Com pouco mais de nove meses, na data de 31 de janeiro de 1777, foi abandonado mais um recém-nascido em casa de João da Cunha Dias. O exposto, agora do sexo feminino, foi encontrado ao romper do dia, por Vitoria Francisca (sic), mulher de Antonio da Cunha. Porém, o que chama mais a atenção são os padrinhos da enjeitada, que foram: Antonio da Cunha, também padrinho de Francisco exposto, e Luiza escrava de João de Sousa Nunes. Isso na data de 26 de fevereiro de 1777, na igreja matriz.¹⁸²

No caso da família Cunha, além das exceções de apadrinhamentos de enjeitados por um índio e por um escravo, com base na tabela 10, foi possível detectar a existência de um pacto social de parentesco e vizinhança em meio à comunidade. Mediante a apatia do Estado e da Igreja, foi a sociedade quem socorreu a pequena população de expostos. Isso também fica evidente em outras situações.

A título de exemplo, podemos dizer que, aos 05 de outubro de 1762, foi deixado no limiar da casa de José de Mello um recém-nascido, que foi batizado com o nome de Balehios. O mesmo teve os seguintes padrinhos: o Sargento-mor Rodrigo Afonso de Correa, homem casado e Anna Soares (sic), filha da viúva Maria José.

Diante desse quadro do abandono de crianças, evento esse que aparentemente não atrapalhava nem incomodava o cotidiano dos colonos, o que mais nos incomoda foi a forma como os grupos familiares socorriam os pequenos desvalidos. Veja, o exposto Balehios foi

¹⁸¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVROS: 1770 – 1777 / F, 127 – Francisco exposto.

¹⁸² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVROS: 1770 – 1777 / F, 126 – Josefa exposta.

encontrado pela mãe da pessoa que se tomou sua madrinha, por volta da meia-noite na “porta da casa” do homem que também era avô da madrinha.¹⁸³

Não sabemos se foi um caso de exposição intra-familiar, em que um filho “indesejado” era abandonado na própria casa da família, para poder ser criado. Na verdade, o que é possível observar é a real composição de rede de solidariedade familiar que recolhia e provavelmente acolhia os enjeitados.

Essa realidade se repete no abandono de Antonio, que foi encontrado e recolhido pelo soldado João Martins, porém deixado em casa de José Soares. O enjeitado recebeu como padrinhos na data de 24 de agosto de 1766, na pia batismal da igreja matriz, Jose de Barros (sic), também soldado e homem casado, e Joanna Maria (sic) solteira, filha da pessoa que encontrou o recém-nascido.¹⁸⁴ Percebamos que possivelmente a criança era endereçada a José Soares. Mas foi recolhida e talvez acolhida pelo homem que a encontrou, que permitiu que sua filha, já que ainda era solteira, se tomasse mãe espiritual do exposto.

Em 23 de novembro de 1763, foi abandonada em casa de João Batista Dias uma menina que foi batizada com o nome de Maria. Teve como seus padrinhos, o próprio João Batista Dias e Ignacia Perreira (sic), filha de João Luis Pereyra (sic), que ainda certificaram ao reverendo padre que não tinham batizado a exposta em casa, e jurariam sobre os evangelhos se caso fosse necessário. Observemos que foi o dono do domicilio receptor que apadrinhou a enjeitada, e mais, ela recebe como madrinha a filha do proprietário da escrava que a encontrou, a qual atendia pelo nome de Eva.¹⁸⁵

Na freguesia de Nossa Senhora da apresentação, a documentação batismal deixou bastante claro que os colonos dividiram entre si, os “encargos” para manutenção das pequenas vidas

¹⁸³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1761 – 1763 / F, 13 – Balhios exposto.

¹⁸⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1765 – 1766 / F, 18 – Antonio exposto.

¹⁸⁵ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763 – 1765 / F, 5. v – Maria exposta.

abandonadas. Com isso alguns expostos se tornaram verdadeiros elos sociais, pois alguns colonos não estavam ligados a eles por um simples acaso.

3.2 O elo social

Aos 04 de maio de 1761, na capela de Santo Antonio do Potengi foi realizado o batizado de uma menina. Segundo o padre que realizou o sacramento e redigiu o batistério, a mesma seria uma suposta filha ilegítima da viúva Maria José que foi esposa do colono Antonio Soarez (sic), com o licenciado João José Ferreyra (sic), cirurgião da cidade do Natal, natural da cidade do Porto. Possivelmente tais informações sobre a origem da criança devem ter sido passadas pelos próprios padrinhos, já que a pequenina era uma exposta, a qual foi abandonada na casa de Dona Tereza de Jesus da Rocha, mulher pobre e natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Sublinhamos ainda, que naquele dia de 04 de maio, a enjeitada recebeu como seus padrinhos, a dita Tereza de Jesus da Rocha e provavelmente com o convite da colona, o capitão Antonio Vaz de Oliveira, homem casado.¹⁸⁶ Tanto que a enjeitada recebeu o nome da madrinha Tereza.¹⁸⁷

Na situação apresentada, três pontos importantes devem ser destacados: o primeiro, é que a pequena Tereza, possivelmente foi conseqüência de relações sexuais consideradas para sociedade da época como ilícitas. Considerando os diminutos espaços de vivências da freguesia, foi fácil para se monitorar a suposta origem de Tereza exposta. Já que, se uma mulher viúva deixa a entender na comunidade que se relacionava com um determinado homem e aparecia grávida e,

¹⁸⁶ Eram todos moradores e fregueses da dita Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

¹⁸⁷ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DA BATISMO / LIVRO: 1760 – 1761 / F, 10 – Tereza exposta.

após alguns meses some a gestação, surgindo um recém-nascido abandonado. Deveria parecer evidente para comunidade quem seriam seus genitores.

No entanto, a existência de filhos ilegítimos no espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não era um indicador para o abandono de recém-nascidos de uma maneira geral. Arrolamos um índice de 19,8% de filhos ilegítimos, frente a 3,9% de abandonados, demonstrando assim que eram muitos os rebentos frutos de relações tidas como ilegais ou irregulares pela Igreja. De fato, Del Priore, em sua obra *Mulheres no Brasil colonial*, nos informa que “a rotatividade de crianças, sobretudo das tidas fora do matrimônio consagrado pela Igreja, era bastante comum”.¹⁸⁸

O segundo ponto é que o processo de apadrinhamento da enjeitada não fugiu da realidade vivida pela pequena população de expostos da freguesia, na qual 48,6% dos enjeitados recebiam algum dos membros do domicílio receptor com padrinho. Por último, esclarecemos que a viúva não abandonou sua criança recém-nascida no domicílio de Tereza de Jesus da Rocha, por um simples acaso. Mesmo sendo considerada uma mulher pobre na comunidade em que vivia, o domicílio da colona tinha plenas condições de possibilitar a sobrevivência da enjeitada, pois lá existia leite humano.

A documentação de óbito nos revelou que aproximadamente oito meses antes do aparecimento da exposta, na data de 08 de setembro de 1760, teria morrido Berttoleza (sic), na idade de nove meses “pouco mais ou menos” filha da colona Tereza de Jesus da Rocha.¹⁸⁹ Acreditamos que na posição de madrinha da exposta, e na ausência de uma filha, a dita mulher tenha se tomado a ama-de-leite da enjeitada, e nesse caso tenha possibilitado a sobrevivência da

¹⁸⁸ DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. p. 74. (Coleção Repensando a história)

¹⁸⁹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1760 – 1765 / F, 7 – Berttoleza (sic).

recém-nascida, no mundo de tantas precariedades, como era a colônia Luso-americana. Afirmamos isso, tomando como base os estudos de Mattoso. Já que:

O padrinho tem obrigação de dar assistência ao afilhado: ajuda espiritual, sem dúvida, mas também material, e são raros no Brasil os padrinhos que não levaram a sério suas responsabilidades. Os laços de compadrio são o próprio fundamento da vida de relação.¹⁹⁰

Situação semelhante a de Tereza de Jesus da Rocha também viveu a colona Ritta Maria dos Santos (sic), que teve abandonado em sua casa um menino branco¹⁹¹, que sobreviveu apenas oito dias após chegar no domicílio da mesma, isso na data de 06 de janeiro de 1797, sendo sepultado no solo sagrado da capela do Senhor Bom Jesus da Ribeira, envolto em um hábito azul.¹⁹²

No entanto, a dita Ritta Maria dos Santos tinha plenas condições de dar o mínimo de alimento ao exposto que recebeu em “sua porta”, pois a mesma tinha em seu domicílio uma filha recém-nascida, com mais ou menos seis meses de vida, e que faleceu na data de 24 de julho do mesmo ano, com idade de doze meses, sendo sepultada também de hábito azul, e na capela do Senhor Bom Jesus.¹⁹³ É evidente que quem buscou a casa da dita colona para enjeitar o recém-nascido a qual recebeu o nome de Jose (sic), possivelmente procurou a proteção da criança, pois deveria saber da existência de uma mulher que estava amamentando naquele local.

Também não foi casualmente que Dona Antonia Maria Soares convidou o capitão Braz Alvarez de Oliveira, homem casado, para apadrinhar um exposto de nome Joaquim, na data de 25

¹⁹⁰ MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. p. 132.

¹⁹¹ São raros na segunda metade do século XVIII na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, os documentos de batismo e óbito que revelavam a cor da pele das crianças.

¹⁹² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788 – 1802 / F, 31. v – Jose exposto (sic).

¹⁹³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788 – 1802 / F, 36 – Ritta (sic).

de agosto de 1773 na igreja matriz. O recém-nascido Joaquim foi posto no limiar da casa de Dona Antonia Maria 30 dias antes do batismo.¹⁹⁴ Salientamos que, o ato de apadrinhamento do enjeitado pelo militar, via a dona do domicílio receptor, estava diretamente relacionado com o sustento do mesmo, se considerarmos as obrigações do pai espiritual.

Declaramos isso por que o capitão era proprietário de uma escrava que atendia pelo nome de Ignacia, e que havia parido uma menina a aproximadamente 95 dias antes do batizado de Joaquim exposto, na data de 20 de maio de 1773.¹⁹⁵ O que indica que a dita Antonia Maria Soares, procurou alguém na comunidade que pudesse oferecer sustento ao enjeitado. Segundo Scarano:

Quando uma escrava paria, se tornava possível a existência de uma ama-de-leite. O aleitamento era tido como importantíssimo, tanto pela Igreja, quanto pelos conceitos médicos da época. Dessa maneira, cativas que dispunham de leite eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de várias categorias.¹⁹⁶

Discutindo esses atos de abandono, podemos nos aproximar um pouco mais desses pequenos protagonistas da história e demonstrar o caso de Lino exposto.¹⁹⁷ O que mais chamou atenção nessa situação, em meio a tantas outras, é que o pequeno enjeitado não recebe como padrinhos os moradores, ou pelo menos o proprietário da casa onde ele foi enjeitado. Lino foi apadrinhado por um casal que provavelmente representava a elite local: o coronel Francisco da Costa de Vasconcellos (sic).¹⁹⁸ e sua mulher Maria Rosa, sendo essa senhora natural da Freguesia

¹⁹⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770 - 1777 / F, 57 - Joaquim exposto.

¹⁹⁵ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770 - 1777 / F, 53 - Guardiana escrava.

¹⁹⁶ SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 114.

¹⁹⁷ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763 - 1765 / F, 6.v - Lino exposto.

¹⁹⁸ Morador e freguês da dita Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

de Nossa Senhora da Apresentação, e seu marido, sendo natural da Freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba.

Devemos considerar que, o pequeno Lino foi abandonado em casa de uma viúva chamada Rosa Maria Josepha (sic), e que a atitude dela em convidar o casal para padrinhos não foi uma casualidade ou atenda exclusivamente à posição social de Francisco da Costa de Vasconcellos, que era coronel, mas também pela condição de saúde de sua esposa. A documentação revela que o dito casal batizou o seu filho legítimo, na data de 3 de outubro de 1763, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, recebendo o nome de Roque¹⁹⁹ e o pequeno enjeitado foi batizado na data de 18 de dezembro do mesmo ano, na mesma capela.

A saber, o pequeno Roque foi batizado pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira e teve como seus padrinhos: o sargento-mor Francisco Machado de Oliveyra Barros (sic), morador na dita freguesia, e Dona Theresa de Gois Vasconsellos (sic). Frisando que a madrinha era viúva do sargento-mor José Dantas (sic), e mesmo residindo na cidade da Paraíba, tornou-se mãe espiritual do menino por meio de uma procuração apresentada por Dona Anna da Costa Teyxeira (sic), mulher do capitão Antonio de Gois (sic). As pessoas envolvidas no batizado do filho do casal que foi convidado para apadrinhar Lino exposto servem para ratificar a nossa suspeita sobre a posição de destaque que os mesmos ocupavam naquela comunidade.

Agora fica clara a escolha da viúva. Lino é abandonado em sua “porta”, mais ou menos 75 dias após a senhora Maria Rosa ter dado a luz, tendo ela plenas condições também de sustentar o exposto com seu leite, “alimento que talvez não existisse na casa da viúva”, pois segundo a religiosidade católica romana, na ausência dos pais, os padrinhos assumem a responsabilidade sobre a criança. Sendo o pequeno Lino filho de pais incógnitos, restava a sua madrinha assumir o lugar de sua genitora, e torna-se sua ama de leite. Em suma, movidos pela compaixão e pelo

¹⁹⁹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763 - 1765 / F, 3 – Roque.

sentimento cristão, os ditos apadrinharam a criança e assim abriram a possibilidade para sua sobrevivência em um ambiente que, segundo Del Priore, era uma de alta mortalidade infantil.²⁰⁰

Devemos lembrar que Dona Maria Rosa era esposa de um militar de alta patente e, como já foi mencionado, acreditamos que o casal era membro da elite local. Sendo assim, é bem possível que a tal senhora não alimentasse com o seu leite nem mesmo o pequeno Roque, seu filho, mas buscasse em algum lugar do espaço da freguesia, uma mulher, fosse livre ou escrava, também em condições de amamentar, para que lhe pudesse prestar os serviços de ama-de-leite, prática essa tão comum entre as mulheres abastadas da sociedade colonial.²⁰¹

Contudo, analisando cuidadosamente a documentação produzida pelos párocos, foi possível entrever que as relações interpessoais na freguesia não eram das mais simples. Principalmente no caso do recém-nascido enjeitado, que recebeu o nome de Lino possivelmente na pia batismal, pois o Assento não revela que com ele tenha vindo um escrito indicando uma orientação quanto ao seu nome, já que, a sua chegada ao domicílio da viúva, também não ocorreu por uma mera coincidência.

O batismo de uma escravinha de nome Lusia (sic), filha natural de Januarina e de pai desconhecido, é necessariamente o grande filão dessa história,²⁰² pois, tanto Januarina como sua filha, eram propriedades da viúva Rosa Maria Josepha. Luisa foi batizada na mesma capela de Nossa senhora da Conceição do Jundiá, espaço religioso onde também receberam os sacramentos Roque e Lino, isso na data de 30 de outubro do mesmo ano, 1763. Foram seus padrinhos o coronel Francisco da Costa de Vasconcellos e a senhora Dona Maria Rosa.

²⁰⁰ DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 84 et seq.

²⁰¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. Ed. Paulinas / CEDHAL, 1986. p. 160. (Coleção Raízes)

²⁰² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763 – 1765 / F, 5 – Lusia escrava (sic).

As coisas tornam-se bem mais claras, para não dizer evidentes. A pessoa ou as pessoas que tiveram a iniciativa de abandonar o pequeno recém-nascido na “soleira” da dita viúva, deveriam de ter conhecimento em maior ou menor grau, da existência de uma escrava parida naquele domicílio que supostamente viria a ser uma ama-de-leite em potencial do mesmo, caso a viúva Rosa Maria Josepha o apadrinhasse. Sendo assim, a presença de leite humano na residência deve de ter motivado os pais do pequeno desvalido a deixá-lo naquela casa, furtivamente durante a noite.

Outro indicativo importante a ser considerado, é a relação que havia entre a viúva e o casal, que em um curto espaço de tempo, de mais ou menos 50 dias, se tornou padrinho de duas crianças de uma mesma casa. Destacamos que as crianças não eram filhos legítimos do domicílio, sendo um escravo e outro exposto. No entanto, podemos conjecturar que os laços de compadrios estabelecidos pela senhora Rosa Maria podem ter “garantido” o alimento necessário para o enjeitado, pois, a mulher do coronel era comadre de Januaria, escrava da viúva, e mãe espiritual de Lino.

Assim, podemos acreditar que a própria cativa Januaria, apresentava certa relação de parentesco com Lino, via seus compadres. Garantindo para o exposto o mínimo para sua existência, o leite. Sobretudo não descartamos a possibilidade que a mesma cativa também fosse a ama-de-leite do pequeno Roque, filho do casal em questão, mas temos que garantir que a documentação não nos permite confirmar tal suspeita.

Porém, nem a provável “boa condição financeira” do padrinho do pequeno Lino, nem a possível prática de amamentação pela sua suposta ama Januaria e muito menos a coincidência de sua madrinha poder “sustenta-lo com o seu próprio leite”, puderam salvar a vida do pequeno enjeitado, pois, dois meses depois de seu batismo, ele teve o mesmo destino de muitos recém-nascidos do mundo colonial português: a morte. No entanto, foi sepultado na mesma capela onde

foi batizado, fechando seu curto ciclo de vida, envolto em uma mortalha azul, não tendo o padre que encomendou o corpo, e também a mortalha, feito nenhuma menção ao tipo do tecido da roupa mortuária, ou lugar específico do sepultamento no espaço da capela.²⁰³

Essa “circulação de crianças” especificada na figura dos expostos, e ainda mais em situações em que eles representaram verdadeiros elos sociais, ficou patente no caso de um recém-nascido e que foi abandonado em casa de Francisco Pinheiro,²⁰⁴ pois “a freguesia era uma família onde todos os membros estavam ligados.”²⁰⁵ O interessante é que o colono recebeu o enjeitado em seu domicílio portando um bilhete, que o responsabilizava de entregar a criança ao capitão-mor Francisco Nogueira. Dessa forma o exposto foi entregue na data de 19 de junho de 1769.

No entanto, o enjeitado só foi batizado um mês após a entrega, na data de 24 de julho do mesmo ano, capela do Jundiá. Seguindo o que era prática corrente entre os colonos daquele espaço, em que na maioria das vezes o pequeno abandonado era apadrinhado por alguém do domicílio que o recebia. Sendo assim, o mesmo recebeu o nome de Antonio e foram seus padrinhos: Joam Rodrigues Sexas, homem casado, e Dona Ignes Maria de Araújo, mulher do capitão-mor Francisco Nogueira. Não sabemos o motivo, que conduziu os pais, ou mesmo a mãe do pequeno enjeitado, em transformar Francisco Pinheiro em um intermediário no ato do abandono. Porém, sabemos o porquê do bilhete destinar o recém-nascido para tal domicílio. Pois:

Bento filho de Teresa e de pay incognito escrava do capitam-mor Francisco Nogueira neto por parte matema de Luis de Miranda, e sua mulher Maria escravos do capitam Jose Dantas Correa *nasceo aos vinte e sete de Julho do anno de mil setecentos e secenta e nove* e foi batizado com os santos oleos de licença minha na capela do jundiahi desta freguesia pelo padre

²⁰³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1762 - 1765 / F, 11. v – Lino exposto.

²⁰⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768 – 1770 / F, 21. v – Antonio exposto.

²⁰⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. p. 12.

Joam Tavares da Fonceca aos seis de Agosto do dito anno: foram seus padrinhos Francisco Delgado, e sua mulher Anna Soares Correa, de que mandey fazer este assento, em que me asiney. (Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio Grande)²⁰⁶ Grifo nosso

No período em que o pequeno Antonio foi abandonado e entregue ao capitão-mor, levou ainda entorno de mais de 30 dias para que sua escrava viesse a parir e a gerar o leite que possibilitaria a sobrevivência do exposto, já que o mesmo era afilhado de um homem que ocupava um dos mais importantes cargos da administração da capitania. Provavelmente deveria ser de conhecimento quase que geral da comunidade que o capitão-mor tinha em sua posse uma cativa bem próxima a parir. Assim, tornando o seu domicílio uma localidade bastante atrativa para aqueles colonos os quais por algum motivo viram na prática do abandono uma das formas de buscar proteção para seus filhos.

Sendo dessa maneira, se aproximamos bem a lente da crítica histórica nesses casos, temos a certeza da existência de uma prática de informal de acolhimento familiar, em que não tivemos envolvimento nem do Estado nem da Igreja, na qual os próprios colonos da freguesia assumiam e dividiam a responsabilidade sobre os enjeitados. Divisão de responsabilidade essa, que proporcionou a uma parcela da minúscula população de expostos chegarem à idade adulta.

3.3 Os expostos-adultos

²⁰⁶ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768 – 1770 / F, 22 – Bento escravo.

Apesar da alta mortalidade infantil nos mais variados espaços da América portuguesa, houveram localidades onde alguns expostos quase que “heroicamente” conseguiram “driblar” a morte, tão presente na vida cotidiana dos colonos, e chegaram à idade adulta.

Devemos sublinhar que existem pouquíssimas informações ou mesmo quase nenhuma, sobre a inserção desses adultos na sociedade. Adultos esses que, quando recém-paridos, tiveram dois destinos: o primeiro, as portas dos domicílios e o segundo a Roda dos expostos, caso houvesse na região.

Bacellar nos oferece um verdadeiro panorama relativo às relações matrimoniais desses enjeitados para a vila de Sorocaba

Para efeito de análise, foram identificados, para o período entre 1679 e 1830, 273 assentos de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges era declarado exposto. Doze dessas uniões foram celebradas com os dois cônjuges enjeitados, o que eleva o total de casos para 285. Dentre estes, havia uma nítida predominância de noivas expostas, 181 (63,5%), sobre os noivos expostos, 104 (36,5%). Esta proporção vai de encontro à igualdade entre os identificados quando do abandono, mostrando que, por ocasião do matrimônio, as moças expostas tinham maiores possibilidade de casar. Ou, pelo menos, maiores chances de alcançar uma união conjugal diante do altar, já que não é possível medir as uniões informais. Eram, aparentemente, mais valorizadas enquanto cônjuges, mas não sabemos o porquê.²⁰⁷

Depois de montar esse quadro, Bacellar aproxima-se um pouco mais dos mesmos, e especificamente nos revela uma mínima parte da vida da enjeitada Gertrudes

... exposta na casa do guarda-mor Antônio João Ordonho e de dona Ermenegilda Ferreira Prestes, grandes agricultores, possuidores de mais de quarenta escravos. Gertrudes, nascida e exposta por volta de 1790, era

²⁰⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras da portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 36.

claramente considerada agregada. Caso-se, em 1804, com Custódio Pereira, jovem filho de humildes agricultores, e constituíram um lar extremamente simples. Na colheita do ano de 1807, por exemplo, declararam haver colhido somente três arrobas de algodão, enquanto que em 1810 teriam produzido apenas doze alqueires de milho e quatro arrobas de algodão. Gertrudes, após enviudar, casou-se novamente, em 1818, com José Pedroso, igualmente pequeno lavrador.²⁰⁸

O caso de Gertrudes exposta deixa bastante evidente que, se foi a intenção dos pais biológicos da enjeitada abandoná-la em um domicílio com posses, buscando uma “vida melhor” para filha. Pelo menos uma coisa eles conseguiram, livrá-la de uma morte prematura. Sendo assim, a exposta não foi incorporada à família, mas sim ao domicílio.

Como nada é regra, houve exemplos de expostos que, quando adultos, puderam ter uma vida um pouco mais confortável. Bacellar nos apresenta um outro enjeitado, o qual teve um futuro relativamente diferente dos demais expostos da colônia:

... bem sucedida foi Esméria Rita do Vale. Batizada como exposta na casa de Manuel do Vale Pereira, carioca instalado em Sorocaba, e sem filhos, casou-se com o tenenté Francisco Vicente Torres, viúvo, lavrador de médio porte, dono de cerca de meia dúzia de escravos. Um bom casamento, sem dúvida, pois o tenente tinha padrão sócio-econômico superior ao do seu sogro Manuel, transformando o matrimônio em uma forma de ascensão social para a jovem Esméria.²⁰⁹

De uma maneira geral, Marcílio nos oferece também informações, mesmo que poucas, sobre expostos que se tomaram adultos. Porém, em regiões bem diferentes da vila Sorocaba como, por exemplo, nos grandes centros urbanos da colônia. Nesses centros, as Santas Casas da

²⁰⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 37.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 38.

Misericórdia não conseguiam cuidar de todas as crianças que retornavam do período de criação, que era realizada em casa de mulheres que eram pagas pelas Misericórdias. Como eram pouquíssimas as amas-criadeiras que aceitavam continuar com os enjeitados, por que deveriam fazê-lo sem receber nenhum subsídio, os expostos acabavam sem ter para onde ir. E, sem destino certo, os pequenos desvalidos terminavam “perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos”.²¹⁰

Diante dessa realidade, as Santas Casas ainda buscavam famílias que pudessem receber os expostos como aprendizes, no caso dos meninos, ofícios ou ocupações como: ferreiro; sapateiro; caixeiro; etc. Uma outra possibilidade para os meninos enjeitados, seria o encaminhamento para as Companhias de Aprendizes de Marinheiro, ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra, pois

A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Daí instalarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha, a maioria delas “comia terra” e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais.²¹¹

Valdez, concorda plenamente com Marcílio quanto aos projetos de proteção às crianças desvalidas de sexo masculino, que estavam basicamente fundamentados na pedagogia militar. De fato a historiadora confirma, “obedecendo a uma disciplina rígida, os meninos se viam em uma dura rotina de revista, marchas, aulas, oficinas, rezas e de punições, à menor falta cometida.”²¹²

²¹⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. p. 75.

²¹¹ *Ibid.*, p. 76.

²¹² VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX*. p. 20.

Venâncio, aponta um outro caminho para os expostos de sexo masculino que se tornavam adultos, a carreira eclesiástica.

Se durante a infância eles eram vistos como filhos do pecado, tudo se modificava quando conseguiam ser admitidos nos seminários. O sacerdócio os “purificava” socialmente, além de abrir possibilidades de ascensão social, seja na burocracia eclesiástica, seja na atividade política, como foi comum entre o clero do Império.²¹³

Sendo assim, Paulo César Garcez Martins, corrobora com as pesquisas de Venâncio e nos revela que o padre Diogo Feijó, regente do Império brasileiro, foi batizado como exposto e declarado de pais incógnitos.²¹⁴ Miriam Dolhnikoff, realiza um comentário mais amplo sobre o ilustre enjeitado. Exposto em uma porta domiciliar, como tantos outros anônimos da Freguesia de Nossa Senhora da apresentação,

Diogo Antônio Feijó, (...) nasceu em 1784 como filho ilegítimo de uma rica família paulista, os Camargos. Esta é a hipótese mais aceita pelos historiadores para uma origem não identificada, já que o recém-nascido foi abandonado por uma mãe provavelmente solteira que, para fugir à desonra, deixou a criança na porta da própria casa, de modo a criá-lo sem expor à condenação pública.²¹⁵

Tal como em outros espaços da colônia, também foi possível identificar nas terras da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação a existência de alguns poucos adultos que, uma vez

²¹³ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. p. 147.

²¹⁴ MARTINS, Paulo César Garcez. *Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, século XVIII e XIX*. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 55.

²¹⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um liberal do século XIX. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, n. 6, p. 72, abr. 2004.

recém-nascidos, foram abandonados. No entanto, as informações obtidas sobre o pequeno conjunto de expostos-adultos, que viviam na freguesia, foram extremamente precárias e rarefeitas no sentido estrito da palavra.

A precariedade e o reduzido nível de informações relativas aos expostos – adultos da dita freguesia, estarem relacionados com o próprio conteúdo das fontes investigadas,²¹⁶ pois, na concepção de Linhares, “o limite do historiador é imposto pela documentação”²¹⁷, sobretudo por que a fonte “não é objeto, mas meio de conhecimento”²¹⁸, que deve ser cuidadosamente tratado e analisado do ponto de vista da crítica.²¹⁹

A documentação nos oferece poucos dados sobre esse protagonista da história, como: a localidade de onde eles eram originados; a condição de seus filhos²²⁰; os seus gêneros e também o local de seus respectivos abandonos quando crianças, na condição de recém-nascidos.

O conjunto desses adultos, em um período de praticamente de 50 anos, na região da freguesia, não é significativo, como já mencionamos, pois em números absolutos eles correspondiam a 20 pessoas. Se tomarmos a contagem populacional do ano de 1808,²²¹ os tais expostos-adultos representavam aproximadamente, 0,3% do total de moradores.

No relativo à origem dos expostos que conseguiram se projetar para uma vida adulta, podemos revelar que eles eram na maioria naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Representados por uma cifra de 12 indivíduos (60%), enquanto arrolamos uma relação na qual seis desses enjeitados (30%), eram vindos de outras freguesias. Com relação a dois deles (10%) a documentação não apresentou suas naturalidades.

²¹⁶ Que são os mesmos Assentos de batismos e óbitos.

²¹⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. p. 74.

²¹⁸ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 3.ed. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1969. p. 234.

²¹⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001. p. 91.

²²⁰ Se eram legítimos ou naturais.

²²¹ Essa contagem é discutida no primeiro capítulo desse trabalho.

A documentação nos informa que 70% dos expostos adultos foram abandonados nas portas de domicílios, não fazendo nenhuma referência ao local onde os outros 30% foram deixados. Nota-se que o modelo de abandono seguia predominantemente o caráter civilizado, se equiparando a própria maneira de abandonar dos muitos genitores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que deixaram os seus filhos recém-nascidos pelas muitas “portas residenciais” da região.

O mais curioso é a razão de sexo desses expostos-adultos que, ao ser calculada, mostrou-se extremamente equilibrada, na qual eram 10 homens (50%) e 10 mulheres (50%)²²². Devemos frisar que, tal aspecto equânime dos números da razão de sexo, se aproxima do índice identificado por Barcellar, para vila de Sorocaba, o que representou uma simples flutuação populacional.

Saindo um pouco da discussão numérica e aproximando-se um pouco desses adultos que tiveram suas origens na prática do abandono, podemos destacar o caso do único exposto-adulto identificado nos documentos de óbito. O colono que tinha por nome José exposto (sic) faleceu em 1761, com idade de 68 anos, segundo constava em seu registro de enterramento. Salientamos que ele deve ter vivido possivelmente toda a sua vida na freguesia, já que foi sepultado na capela do Senhor Santo Antonio do Potengi, envolto em mortalha de pano branco²²³, e na condição de homem solteiro, pois não existia menção a cônjuge algum.²²⁴

Representando uma parcela diminuta da comunidade estudada, os ditos expostos-adultos chegaram a ocupar algumas posições de destaque na sociedade. Mesmo que tal status estive

²²² Os documentos de batismos não revelaram a existência de expostos casados entre si. No entanto, somente uma pesquisa nos livros de casamentos da freguesia poderia nos oferecer informações sobre esse tipo de junção matrimonial.

²²³ A cobertura mortuária feita de pano branco, foi muito utilizada pela população da freguesia na segunda metade do século XVIII.

²²⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1760 – 1765 / F, 20. v – José exposto (sic): Esse caso já foi discutido em parte no segundo capítulo desse trabalho.

relacionado as suas vidas privadas, mas que sobretudo tomavam forma na vida pública de cada um deles.²²⁵ Status esse que se relacionava com os ritos espirituais e temporais, nos quais se configuraram em um corriqueiro ato de apadrinhar uma criança, até a realização de um matrimônio com um personagem tido como importante na sociedade.

Para consubstanciar esse raciocínio, tomamos Ronaldo Vainfas que considera que, o cotidiano liga-se as estruturas e ao social global. Contudo, a vida privada se ligaria à domesticidade e a familiaridade. Vainfas ainda esclarece que não existem motivos para pensá-los de maneiras excludentes, “uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade”.²²⁶

Todavia, Mello e Souza escrevendo conjuntamente com Novais, realiza uma verdadeira ampliação da linha de pensamento de Vainfas, quando afirma que “cotidiano e vida privada assumem contornos específicos em situações históricas específicas”. Evidenciando que a diferença entre o espaço público e o privado vai além dos limites da familiaridade, já que “o âmbito privado deve ser associado ao indivíduo e simultaneamente oposto ao âmbito público onde se espraia o estado”. Sendo assim, ainda complementa que, “no mundo pré-capitalista, e na ausência de um estado definido, os contornos entre cotidiano e vida privada se esfumariam”.²²⁷

Retomando a discussão sobre os expostos-adultos que se destacaram em meio aos seus pares na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, podemos tecer alguns comentários. O primeiro, está relacionado a uma enjeitada que respondia pelo nome de Maria do O que, quando recém-nascida, foi exposta na “soleira da porta” da casa do colono Manuel de Souza.

²²⁵ Cf. DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. p. 275 et seq.

²²⁶ VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, jan – dez, 1996, Nova série, v. 4, p. 14.

²²⁷ MELLO E SOUZA, Laura de, NOVAIS, Fernando A. Comentário IV. In: VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *Anais do Museu Paulista*. p. 64 – 65.

Quase nada sabemos sobre esta exposta, tal como pouquíssimo se sabe sobre outros expostos – adultos que foram detectados em outras pesquisas, executadas em outros espaços. O que tornou a até então anônima Maria do O, um elemento importante para nossa pesquisa, foram os convites que a mesma recebera, quase que “sucessivamente” para ser madrinha, ou seja, mãe espiritual de três pequerruchos recém-nascidos, a saber: Domingos; Manuel e Pedro.

Não podemos descobrir que tipo de posição social ocupava o “pai adotivo” da enjeitada, na comunidade, pois, não podemos esquecer que a sociedade colonial, independentemente da localidade, era bastante hierarquizada.²²⁸ Sabemos que ele aparece como padrinho em dois dos três batizados. Porém, se a importância estivesse necessariamente nele, por que não ter sido sua esposa a madrinha das crianças? Ao invés da exposta?

Na data de 25 de agosto de 1754, foi batizado com licença do reverendo Vigário Doutor Manuel Correa Gomez (sic), Domingos, filho legítimo do casal de colonos, Pedro Correa e Eufrasia, na capela de Nossa Senhora do O de Mipibû (sic), onde “foram padrinhos Manuel de Sousa, e sua emgeitada Maria do O”.²²⁹ Ora, é claramente perceptível que a madrinha de Domingos tinha o mesmo nome da santa da capela. É possível que a exposta tenha recebido esse nome por devoção de seu “pai adotivo” e, quem sabe, ela até fosse afilhada da santa.²³⁰ Podemos também conjecturar que os pais biológicos da madrinha fossem devotos de Nossa Senhora do O e que, no ato do abandono, tenham deixado expresso em um escrito, a vontade de “verem” a menina com o tal nome, ou toma-se afilhada da dita santa.

No entanto, em um intervalo de tempo, de mais ou menos três meses e 20 dias, na data de 15 de dezembro do mesmo ano de 1754, e na mesma capela de Nossa Senhora do O de Mipibû, a

²²⁸ Cf. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. p. 21 et seq.

²²⁹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1753 – 1755 / F, 15. v – Domingos.

²³⁰ Torna-se afilhado de um santo católico apostólico romano, era uma prática relativamente comum na América portuguesa. Cf. VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX*. p. 22.

exposta Maria do O, surgiu em companhia de seu “pai de criação”, ambos tornando-se compadres dos colonos: Diogo Ferreyra (sic) e de Maria Gomez (sic). Dessa forma, a enjeitada e Manuel de Souza mais uma vez se tornaram familiares espirituais de um pequeno e futuro vassalo do rei de Portugal, o qual na pia de batismo recebeu, o nome de Manuel, o mesmo nome de seu padrinho.²³¹

Neste contexto, a exposta Maria do O seguiu o seu caminho tornando-se mãe espiritual, daqueles que seriam os prováveis colonos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Tanto que:

Aos Vinte e dois de setembro de mil e setecentos e Sincoenta e Sinco de licenca do Reverendo Vigario o Doutor Manuel Correa Gomes na Cappela de Nossa senhora do O de Mipibû baptisou e pos os Santos oleos o Reverendo Padre Antonio de Araujo e Sousa a *Pedro* filho de Nasario Pinto, e de sua mulher Feliciana Gomes *forão padrinhos Manuel Raposo da Camara e Maria do O exposta em casa de Manuel de Sousa Gomes* de que mandou lançar este aSento o Muyto Reverendo Senhor Doutor Vesitador que abaycho asignou. (Marcos Soares de Oliveira / Visitador)²³²
Grifo nosso.

Por outro lado, temos o caso de uma outra enjeitada que ocupou muito claramente uma posição de suposto destaque na freguesia. Já que a mesma foi casada com o alferes Domingos João Campos, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rozario do Campo (sic), Bispado de Viseu. Além disso, a exposta, que atendia pelo nome de Dona Rosa Maria de Mendonça, tinha sido quando recém-nascida, abandonada em casa do sargento-mor Mario de Crasto Rocha.²³³

²³¹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1753 – 1755 / F, 21. v – Manuel.

²³² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755 – 1757 / F, 7. v – Pedro.

²³³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1765 – 1766 / F, 8 – Bernardo.

Nota-se que o possível destaque da dita exposta-adulta na sociedade local, advinha principalmente do seu matrimônio, pois o seu marido era detentor de uma patente militar que, desde o ano de 1739, concedia-se apenas a homens que fossem moradores de comunidades com menos de cem habitantes.²³⁴

Ora, tudo indica que Dona Rosa Maria de Mendonça fosse, juntamente com seu esposo moradora em uma propriedade rural, pois, os seus três filhos, os quais se tem notícia na documentação, foram todos batizados com os santos óleos na capela de Nossa Senhora do Jundiá. Eram eles: Bernardo²³⁵; Lourenio²³⁶ e Patricio (sic)²³⁷.

Sobretudo, o que mais nos impressionou foram as atitudes tomadas pelos familiares da nossa exposta – adulta, mediante a outros enjeitados da freguesia. Salvaguardamos que, na data de 30 de novembro de 1768, às dez horas da noite, foi encontrado por Joam Gomes de Mello (sic), um recém-nascido abandonado em casa de Antonio Ferreira.

O tal exposto em questão fora levado à pia de batismo oito dias após ter sido “parido pela noite”, aos 8 de dezembro do mesmo ano, onde recebeu o mesmo nome de seu padrinho, Manoel. Apadrinharam o pequeno desvalido, Manoel Fernandes Campos, filho do Afere Domingos João de Campos e Theresa de Jesus Maria (sic), filha do proprietário do domicílio em que Manoel fora abandonado.²³⁸

²³⁴ SALGADO, Graça. (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. p. 314.

²³⁵ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / Op. cit.

²³⁶ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1761 – 1763 / F, 6. v – Lourenio.

²³⁷ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763 – 1765 / F, 12. v – Patricio (sic).

²³⁸ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768 – 1770 / F, 33 – Manoel exposto.

Devemos levar em conta o seguinte ponto, Manoel Fernandes Campos tornou-se familiar espiritual de uma criança que tinha a mesma origem de sua suposta mãe.²³⁹ Não podemos esquecer que a esposa desse colono também era uma exposta-adulta.

Um ano antes do batizado do pequenino Manoel exposto, que se ligou indiretamente por laços espirituais, segundo as regras da Igreja, a Dona Rosa Maria Mendonça, e a sua possível nora, ambas expostas, já que o colono Manuel Fernandes Campos tinha apadrinhado o enjeitado citado. Na realidade o que detectamos nessa análise, foram expostos e que se ligavam a expostos, mesmo que fosse colateralmente. No ano anterior, o alferes se tornou padrinho de seu próprio neto, o qual teve por madrinha a própria tia. Sendo assim;

Maria filha de Manoel Fernandes Campos, e de Dona Antonia Maria de Mendonça exposta em casa da Dona Maria Magdalena de Mendonça já defuncta foi bautizada com os sanctos oleos na capella de Nossa Senhora da Conceição de Jundiahi de licença minha pelo padre Jose Vieyra Afonço aos vinte, e nove de dezembro de mil settecentos, e secenta, e sette. Forão Padrinhos o Alferez Domingos João de Campos, e sua filha Dona Anna Guiteria todos desta freguesia, e não constava mais da Certidão, doque fis este termo, em que por verdade me-assinei. (Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande)²⁴⁰ Grifo nosso.

Como se viu, a menina a qual acreditamos ter sido neta da exposta Rosa Maria de Mendonça, e neta-afilhada de seu marido, compôs o conjunto populacional de filhos ilegítimos, pois os pais não casados oficialmente. Nota-se também que a mãe da pequena Maria, a exposta Dona Antonia Maria Mendonça herdou o sobrenome da proprietária do domicílio onde foi abandonada, possivelmente concedido pela Senhora Dona Maria Magdalena de Mendonça (sic),

²³⁹ Deixamos na incerteza a origem materna desse colono, pois não sabemos se a exposta Rosa Maria de Mendonça fora a primeira esposa de seu pai. Tal lacuna só poderá ser preenchida com uma investigação nos livros de Assentos de casamento da freguesia, que não foram utilizados nessa pesquisa.

²⁴⁰ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768 – 1770 / F, 4 – Maria.

que já era falecida em 29 de dezembro de 1767, quando a sua “netinha” recebeu o primeiro sacramento.

Uma pergunta, tal como muitas outras perguntas sobre o mundo colonial, ficará sem resposta. Será que mesmo tendo sido enjeitada na casa do sargento-mor Mario de Crasto Rocha, Dona Rosa Maria de Mendonça não foi criada na residência da finada Dona Maria Magdanela de Mendonça? Ou será que a dita finada era sua madrinha? É clara a semelhança entre os nomes de Dona Rosa Maria de Mendonça exposta, e Dona Antonia Maria Mendonça exposta, direciona para Dona Maria Magdalena de Mendonça. Mas não sabemos, já que a investigação sobre recém-nascidos abandonados nos permite um alcance longitudinal muito curto.

Por outro lado, a transmissão de nomes na colônia era extremamente complicada, como já foi discutido. Ainda mais quando se trata de crianças expostas, que algumas vezes não recebiam os donos do domicílio onde foram deixados como padrinhos, e sendo assim, cresciam como agregados. Na vila de Sorocaba foram pouquíssimos os enjeitados que contraíram o sobrenome das famílias receptoras.²⁴¹

Assim, anos mais tarde quando se contabilizava em torno de vinte e cinco anos desde aquele batizado da pequena Maria, tivemos conhecimento que o alferes Domingo João Campos, voltou a se ligar por laços de apadrinhamento a pessoas com origem no abandono domiciliar.

Foi no ano de 1792 que o colono Jose Rodrigues Silveira (sic), teve abandonado em sua casa um recém-nascido do sexo masculino. Isso ocorreu mais especificamente na data de 6 de julho. No ato do batismo o enjeitado recebeu o nome de Nicacio, e teve como seus padrinhos o dito militar Domingos João Campos, e Josefa Joaquina, filha de José Martins Prassa. Sendo

²⁴¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. p. 26.

batizado no espaço religioso da capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, dois dias depois de ser encontrado na “porta do colono”.²⁴²

Dessa maneira, mesmo que superficialmente, podemos entrever uma certa “afinidade” de Domingos João de Campos por pessoas de genitores “desconhecidos”. Simples acaso? Não sabemos mais uma vez, e supomos que nunca saberemos, já que isso é o máximo que a documentação setecentista de batismo pode nos oferecer.

Nesse mesmo contexto, destacamos que a escolha da madrinha de Nicacio exposto não foi uma atitude aleatória. Ao passo que, a família de Josefa Joaquina já tinha experiência no acolhimento desses desvalidos. Pois:

Rita filha legitima de Joaquim Lino Rangel exposto em casa de Antonio Martins Prasa Junior e de Anna Francisca Barbosa naturais desta Freguesia neta matema de Felis Barbosa (...) natural de Pernambuco e de Antonia Maria da Conceição natural desta Freguesia nascio aos vinte e sete de junho de mil setecentos e oitenta e sete e foi batizada com os santos oleos aos vinte e quatro de julho do dito anno de licença minha nesta Matrix pelo padre Francisco Manuel Marciel de Mello e forão padrinhos José Teixeira casado e Maria Ignacia solteira e não se continha mais em dito asento do que mandei fazer este em que por verdade me assigno. (Pantaleão da Costa de Araújo / Vigario do Rio grande)²⁴³ Grifo nosso.

Também houve momentos do cotidiano da freguesia na qual um certo exposto-adulto se tomou compadre de uma colona por nome de Maria de Oliveira, que era mestiça, solteira, e dizia não saber quem seria o pai de sua filha.²⁴⁴ Nesse contexto de ilegitimidade, Vitoria Gomes (sic),

²⁴² ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786 – 1795 / F, 141. v – Nicacio exposto.

²⁴³ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786 – 1795 / F, 4 – Rita.

²⁴⁴ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755 – 1757 / F, 22. v – Ignacia.

que um dia fora abandonada em casa de Dona Nareuza, batizou sua filha Caetana, como sendo filha natural, na capela de São Gonçalo, na data de 04 de agosto de 1788.²⁴⁵

No entanto, durante a segunda metade do século XVIII tivemos enjeitados que se tornaram adultos, homens e mulheres, e como outros colonos viveram seus dias superando as dificuldades do mundo colonial e perpetuando suas famílias. Como acreditamos ter sido esse o caminho de Francisco Xavier dos Sanctos (sic), que foi pai dos recém-nascidos, Jose (sic)²⁴⁶ e Sebastianna (sic).²⁴⁷ Ambos receberam os santos óleos também na capela de São Gonçalo.

Assim, casos comuns como esse vão se sucedendo no dia-a-dia da freguesia, como ocorreu com o exposto Luçianno Ferrera da Costa (sic), que foi pai de dois filhos legítimos: um não foi possível saber o nome, mas era um menino,²⁴⁸ sendo o outro também de sexo masculino, recebendo o nome de Antonio.²⁴⁹

Mencionamos que o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não só acolheu seus expostos, independentemente da idade, mas inclusive aqueles que foram enjeitados longe dali. Uma situação dessas foi a de Anna de Mello (sic), exposta na ribeira do Capibaribe, e que pariu Antonio, filho legítimo, nas terras da Apresentação, capitania do Rio Grande do Norte.²⁵⁰

Enfim, a modalidade do abandono que predominou entre os moradores daquela jurisdição eclesiástica foi a domiciliar ou a maneira civilizada de abandonar, na qual se buscava uma proteção para o recém-nascido exposto. De fato, não encontramos crianças encontradas mortas por animais, por terem sido abandonadas em lugares ermos. Salientamos também que a pequena população de crianças enjeitadas que “circularam” na freguesia na segunda metade do século

²⁴⁵ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786 – 1795 / F, 18. v – Caetana.

²⁴⁶ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1765 – 1766 / F, 6. v – Jose (sic).

²⁴⁷ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768 – 1770 / F, 5 – Sebastianna (sic).

²⁴⁸ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1760 – 1761 / F, 6 – Anônimo.

²⁴⁹ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1761 – 1763 / F, 16 – Antonio.

²⁵⁰ ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768 – 1770 / F, 3 – Antonio.

XVIII, não teve nenhum auxílio por parte dos poderes públicos, como o Estado e Igreja, deixando evidente a prática de recolhimento e acolhimento informal realizada pelas famílias da localidade, que em alguns momentos geram estratégias, transformando o exposto em elo social para poderem sustentar os mesmos, livrando-os de uma morte eminente, e projetando-os em alguns casos para uma vida adulta.

Em suma, todas essas relações apresentadas nos possibilitam compreender um pouco o que Novais denominou de “núcleo da camada de sensações” que caracterizava o viver em colônia nos tempos modernos.²⁵¹

²⁵¹ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. p. 13 et seq.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propomos a estudar o processo de abandono e recolhimento de crianças recém-nascidas no espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na segunda metade do século XVIII, momento esse em que a tal área de assistência religiosa, passava por transformações em suas dimensões territoriais e demográficas. Acreditamos que em meio a essas mudanças o abandono de recém-nascidos nos mais diferentes domicílios, em todo o período investigado, caracterizou uma maneira civilizada de enjeitar, representando possivelmente um sentimento de preocupação e amor, por parte dos pais para com os seus filhos. Pois poderiam abandoná-los nas ruas ou na praia.

Supostamente, os ditos genitores tiveram motivos bastante específicos para enjeitar os seus rebentos nas portas particulares, transformando a prática de abandono, em uma prática de proteção, que revelava uma busca contínua em garantir a sobrevivência do exposto, que provavelmente morreria se ficasse na companhia da mãe os mesmo com os pais. Salientamos que alguns dos expostos não deixaram de morrer prematuramente, mesmo tendo sido deixados e recolhidos em domicílios com plenas condições de os criar.

No entanto, há falta de evidências documentais que nos comprovem a existência de crianças enjeitadas em portas de igrejas, capelas, ruas, caminhos e logradouros. Um baixo índice de abandono (3,9%), fez com que aquela comunidade da freguesia resolvesse o problema dos expostos, recebendo-os em suas casas, criando uma espécie de acolhimento familiar informal. Dessa forma, não seguia a prática de levá-los até a presença da representação da Coroa portuguesa nas terras de além-mar, o Senado da Câmara. Isso demonstra que a quantidade reduzida de crianças abandonadas na região, era claramente suportada e aceita pelos de colonos que ali viviam, e que tornou-se algo simbiótico à comunidade, realidade essa que se diluía em meio as micro-estruturas do cotidiano, tais como: nascer, viver, morrer, dormir, acordar, trabalhar; etc.

Considerando ainda os locais de abandono, a freqüência com que os expostos apareciam e a minúscula população deles, podemos presumir que, a presença constante dos enjeitados nos “limiares das portas” durante toda segunda metade dos anos setecentistas, fez com que os tais não fossem motivo para os vigários, ou mesmo, os senhores visitantes vindos de Olinda, os mencionassem em maior ou menor proporção nas muitas orientações por eles feitas no livro de Tombo da igreja matriz. Ressaltamos que a ausência de referências daqueles pequenos desvalidos nas folhas do “livro de ocorrências” da freguesia, está relacionada a seguinte situação: o abandono de crianças não era algo singular naquela região e ocorria em maiores proporções em outros espaços da colônia, como por exemplo na capitania de Pernambuco, de onde vinham às visitas.

Enfim, diante dessa realidade, conjecturamos para o espaço da freguesia, que o processo do abandono de crianças recém-nascidas correspondeu a um modelo de “circulação de crianças”, pois a taxa de abandono no período identificado é relativamente baixa, sendo que todos os abandonos foram realizados em domicílios, durante todo o período, de forma contínua, relativamente esparsa e sem haver acentuação da prática de abandono em quase nenhum momento.

Acreditamos que o processo de acolhimento dos expostos na região foi norteado pela gestação de um pacto social, de parentesco e vizinhança, no qual as famílias dividiam entre si os encargos de manutenção de crianças. Mesmo sendo a comunidade da freguesia uma sociedade hierarquizada, como em outros lugares da colônia, na qual cada personagem tinha seu espaço e seu valor definido pelo status, supomos que ela tenha criado uma complexa rede de solidariedade que amortecia a chegada dos enjeitados, recolhendo-os e acolhendo-os, independentemente das características do domicílio receptor. De fato, que alguns expostos representaram verdadeiros elos sociais. Como tivemos a ocasião de demonstrar no decorrer deste trabalho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.

1) MANUSCRITAS:

LIVROS DE BASTIMOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO /
CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

LIVRO: 1753 – 1755.

LIVRO: 1755 – 1757.

LIVRO: 1760 – 1761.

LIVRO: 1761 – 1763.

LIVRO: 1763 – 1765.

LIVRO: 1765 – 1766.

LIVRO: 1768 – 1770.

LIVRO: 1770 – 1777.

LIVRO: 1786 – 1795.

LIVROS DE ÓBITOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO /
CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

LIVRO: 1760 – 1765.

LIVRO: 1762 – 1765.

LIVRO: 1767.

LIVRO: 1768.

LIVRO: 1780 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1791.

LIVRO: 1788 – 1802.

LIVRO: 1792 – 1793.

LIVRO: 1795 – 1802.

LIVROS DE TERMOS DE VERAÇÃO DA CIDADE DO NATAL / CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

LIVRO: 1737 – 1738.

LIVRO: 1738 – 1752.

LIVRO: 1781 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1790.

LIVRO: 1784 – 1793.

LIVRO: 1793 – 1802.

LIVRO: 1784 E OUTROS.

2) IMPRESSAS:

PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (1725 – 1890)

TRANSCRIÇÃO E DIGITAÇÃO REALIZADA PELA BACHAREL – LICENCIADA EM HISTÓRIA, PELA UFRN, ADRIANA MOREIRA LINS DE MEDEIROS.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís da Câmara Cascudo. 2.ed. Recife: Ed. Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1981.

ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp / Imprensa Oficial – SP / HUCITEC, 2002. p. 99 – 108.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, Século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (org.). *Segredos de família*. São Paulo: Ed. Annablume/Menge-USP/Fapesp, 2002. p. 15 – 41.

_____. Roça. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 722 – 723.

_____. Sítio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 766 – 767.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. (Coleção Debates)

BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. (Dir.). *História: novas abordagens*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995. p. 59 – 82.

BARROS, José D' Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Ed. CELA, 2002. (v. 1)

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Pombal, Marquês de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 645 – 648.

BOTELHO, Tarcisio R. Contado os milhares. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, n. 4, p. 76 – 79, fev. 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].

_____. *História da cidade do Natal*. 3.ed. Natal: Ed. IHG/RN, 1999. (Coleção Natal 400 anos; v.1)

_____. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado, 1992. p. 9. (Coleção Mossoroense. Série B; n. 1140)

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. (Biblioteca de História; v. 5)

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Florense-universitaria, 1982.

DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um liberal do século XIX. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, n.6, p. 72 – 75, abr. 2004.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 84 – 106.

_____. História do cotidiano e vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997. p. 259 – 274.

_____. *Ao sul do corpo: condições de mínimas, maternidade e mentalidade no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio / Brasília: Ed. UNB, 1993

_____. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. (Repensando a história)

_____. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 6.ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001. (Coleção História em movimento)

_____. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 275 – 330.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997. (Coleção Estudos históricos; n. 30)

FILHO, Olavo de Medeiros. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Ed. UNIPÊ, 2001.

_____. *Terra natalense*. Natal: Ed. Fundação José Augusto, 1991.

_____. *Os holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal: Ed. IHG-RN, 1998. (Coleção Cultura, n. 6)

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do Açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp / Imprensa Oficial – SP / HUCITEC, 2002. p. 21 – 34.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (Dir.), ARIÈS, Philippe, CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991. p. 311 – 329. (História da vida privada; v.3)

GOLDSCHIMIDT, Eliana. Compadrio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 190 – 191.

_____. Concílio de Trento. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 197 – 198.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992. (Série Interpretações da história do homem; v. 2)

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 21.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal. Ed. IHG(RN), 1998. (Coleção; v. 17)

LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 61 – 75. (Caminhos da história)

LINHARES, Maria Yedda Leite. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp / Imprensa Oficial – SP / HUCITEC, 2002. p. 109 – 121.

_____, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003. (Coleção Mossoroense. Serie C; v.1379)

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: DE FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História Social da Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. p. 53 – 79

_____. *Caiçara: terra e população – Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Ed. Paulinas / CEDHAL, 1986. (coleção Raízes)

_____. *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Ed. Novos Ubrais, 1977

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2002.

_____. *História do Rio Grande do Norte: 1597 – 1822*. Natal: Ed. Natal Editora, 1997.

MARTINS, Paulo César Garcez. Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia. (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Ed. Annablume; Nemege/USP; Fapesp, 2002. p. 43 – 60.

MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. UFRN, 2000.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. p. 98 - 111 (Coleção Caminho da história)

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 155 – 220. (Coleção História da vida privada no Brasil; v. 1)

MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte*. Natal, 2000. (Primeira parte, Dissertação apresentada à UFBA)

MELLO E SOUZA, Laura de. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. p. 28 – 43. (Caminho da história)

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____, NOVAIS, Fernando A. Comentário VI. In: VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, jan – dez, 1996, Nova série, v. 4, p. 63 – 68.

METCALF, Aliada. Expostos. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 324 – 326.

MULVEY, Patrícia A. Ordens terceiras. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. 597 – 598.

_____. Santa Casa da Misericórdia. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 738 – 741.

MACHADO, Humberto Fernandes. Rio Grande do Norte, capitania do. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 712 – 714.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida*

privada na América portuguesa. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 13 – 39. (Coleção História da vida privada no Brasil; v.1)

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial: 1777 – 1808*. 5.ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989.

NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial: 1500 – 1808*. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2000.

_____. Administração eclesiástica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 22 – 24.

_____. Clero secular. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 171 – 175.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 95 – 141. (Coleção História da vida privada no Brasil; v.2)

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Koster, Henry. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: ed. Verbo, 1994. p. 470 – 472.

ROCHA POMBO, *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Anuario do Brasil, 1922.

ROOSEL – WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 3.ed. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1969.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdia, caridade e poder no império português, 1500 – 1800*. Lisboa: Ed. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997. (Coleção Outras Margens)

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Novas Fronteiras, 1985. (Arquivo Nacional, Coleção publicações históricas, n. 86)

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru: Ed. EDUSC, 2003. (Coleção História)

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil – colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp / Imprensa Oficial – SP / HUCITEC, 2002. p. 123 – 159.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais século XVIII*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 107 – 136.

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, jan – dez, 1996, Nova série, v. 4.

VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: século XVIII e XIX*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003. (Coleção História de Goiás; v. 2)

VEIGA, Eugênio da Andrade. *Os párocos no Brasil no período colonial: 1500 – 1822*. Salvador, 1997. (Tese para doutoramento na Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana).

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. Papirus, 1999. (Coleção Textos do tempo)

_____. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coor.). *História das mulheres no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 189 – 222.

_____. *Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. In: *História e Debates*, 19(32), p. 129 – 159, 2002.

_____. *Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775 – 1875*. In: *Diálogos*, v.4, n.4, p. 111 – 123, 2000.

_____. Entregues à própria sorte. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, n. 9, p. 42 – 48, jul. 2004.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.